

HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO S.A.
CNPJ nº 92.787.118/0001-20
NIRE 433 0000 2063

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
DE 28 DE ABRIL DE 2025

Aos vinte e oito dias do mês de abril de dois mil e vinte e cinco, às onze horas, reuniu-se, ordinariamente, a União, única acionista do Hospital Nossa Senhora da Conceição Sociedade Anônima, este com sede na Avenida Francisco Trein número quinhentos e noventa e seis, Bairro Cristo Redentor, na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, devidamente convocada através da correspondência “GHC-DIRET.320/2025, datada de 25 de março de 2025”, dispensada a publicação no Diário Oficial da União e em jornal de grande circulação, com a seguinte Ordem do Dia: “1 – Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2024. 2 - Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício de 2024. 3 - Eleger membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal. 4 - Fixar a remuneração dos membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal, da Diretoria-Executiva, e do Comitê de Auditoria”, a União, única acionista, como consta no livro de presença de Acionistas, representada por Júlio César Gonçalves Corrêa, conforme artigo quatorze do Decreto número oitenta e nove mil trezentos e nove, de dezoito de janeiro de mil novecentos e oitenta e quatro, e Portaria número setecentos e vinte e seis, datada de três de maio de dois mil e vinte e quatro, do Subprocurador-Geral da Fazenda Nacional, publicada no Diário Oficial da União de seis de maio de dois mil e vinte e quatro. Presentes também, Gilberto Barichello – Diretor-Presidente (Representando a Presidente do Conselho de Administração), e Máicon Barbosa da Silva – Advogado Chefe da Assessoria Jurídica. Encontram-se à disposição da Assembleia, todos à distância, Volnei Ferreira de Castilhos (representando o Comitê de Auditoria Estatutário), Rosângela Pereira Peixoto (representando a empresa Russell Bedford Brasil Auditores Independentes Sociedade Simples - auditoria externa), e Arionaldo Bomfim Rosendo (representando o Conselho Fiscal). Instalada a Assembleia, o Representante da União, em conformidade com o disposto no Artigo Treze do Estatuto Social, solicitou que o Representante do Presidente do Conselho de Administração – Gilberto Barichello assumisse a Presidência (competência delegada, conforme dispõe o Parágrafo Único do Artigo onze, do Estatuto Social), que, nos termos estatutários, convidou a mim Seleta Teresinha Rizzotto para secretariá-lo, ficando assim constituída a Mesa para dirigir a presente Assembleia. Após a leitura da Convocação, o Presidente da Mesa colocou em discussão os assuntos constantes da Ordem do Dia. No que se refere ao item um - Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações contábeis do exercício findo em trinta e um de dezembro de dois mil e vinte e quatro, a presente Assembleia, deliberou pela aprovação das Demonstrações Contábeis, e do Relatório de Administração, tudo relativo ao exercício de dois mil e vinte e quatro, na forma proposta pelos administradores da empresa, com a seguinte recomendação da Secretaria do Tesouro Nacional: reiterar a necessidade de se avaliar a adequação do registro de Subvenções a receber à luz do Pronunciamento Técnico “CPC 00(R2)”. No que tange ao item dois - Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício de dois mil e vinte e quatro, deliberou também, a presente Assembleia, pela aprovação da destinação do prejuízo registrado de nove milhões, quatrocentos e trinta e três mil, setenta reais e setenta e oito centavos para a conta de prejuízos acumulados do resultado, na forma proposta pelos administradores da empresa, conforme legislação vigente, não havendo, portanto, resultados a serem destinados. No que concerne ao item três - Eleger membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal a presente Assembleia, deliberou pela inauguração do prazo de gestão unificado, biênio dois mil e vinte e cinco a dois mil e vinte e sete. Deliberou também, em conformidade da indicação, do Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração, pela eleição do Representante dos Empregados desta Instituição, ANDRÉ LUIZ BORBA GONZALES, brasileiro, solteiro, médico, inscrito no



Cadastro de Pessoa Física sob o número “221.683.380-00”, residente e domiciliado na Avenida Cristóvão Colombo, número três mil setecentos e cinquenta e sete, apartamento número dois mil e vinte e quatro, Bairro Higienópolis, Porto Alegre, Rio Grande do Sul “CEP 90560-001”, para o exercício do cargo de Conselheiro de Administração, em substituição a José Ovídio Oliveira dos Santos. Em decorrência da renúncia de Adriano Massuda, nesta data, a presente Assembleia declarou vago o cargo de Conselheiro de Administração. Deliberou, ainda, em decorrência da falta de indicação do Ministério da Saúde, pela PRORROGAÇÃO DA GESTÃO, excepcionalmente, até nova eleição dos representantes do Ministério da Saúde e do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, dos atuais membros do Conselho de Administração, na forma do artigo cento e cinquenta da Lei seis mil quatrocentos e quatro, de quinze de dezembro de mil novecentos e setenta e seis, FELIPE PROENÇA DE OLIVEIRA, brasileiro, solteiro, médico, inscrito no Cadastro de Pessoa Física sob o número “819.531.190-34”, residente e domiciliado na Super Quadra Norte, número trezentos e treze, Bloco “B”, apartamento número duzentos e quatro, Asa Norte, Brasília, Distrito Federal e “CEP 70766-020”; GILBERTO BARICHELLO, brasileiro, separado judicialmente, advogado, inscrito no Cadastro de Pessoa Física sob o número “521.012.829-68”, residente e domiciliado na Rua Erico Cramer número cinquenta, Bairro Camaquã, Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul e “CEP 91910-060”; GUILHERME CASSEL, brasileiro, casado, engenheiro civil, inscrito no Cadastro de Pessoa Física sob o número “303.570.800-25”, residente e domiciliado na Rua Atlântida número cento e sessenta e quatro, Bairro Ipanema, Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul e “CEP 91760-150”; e, como CONSELHEIROS DE ADMINISTRAÇÃO INDEPENDENTES: EDIMAR LUZ, brasileiro, solteiro, contador, inscrito no Cadastro de Pessoa Física sob o número “380.893.780-72”, residente e domiciliado na Rua Itaboraí número oitocentos e quarenta, apartamento número oitocentos e quatro, Bairro Jardim Botânico, Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul e “CEP 90670-030”; e, FLÁVIO KOUTZII, brasileiro, solteiro, sociólogo, inscrito no Cadastro de Pessoa Física sob o número “014.300.448-45”, residente e domiciliado na Rua General João Telles número cento e vinte, apartamento número trinta e um, Bairro Bom Fim, Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul e “CEP 90035-120”. Para compor o Conselho Fiscal, para o prazo de atuação unificado, biênio dois mil e vinte e cinco a dois mil e vinte e sete, a presente Assembleia deliberou pela reeleição da representante do Tesouro Nacional, como membro Titular - ANA LUÍSA MARQUES FERNANDES, brasileira, casada (Regime de Casamento, Separação Total de Bens), engenheira de produção, inscrita no Cadastro de Pessoa Física sob o número “061.861.756-69”, residente e domiciliado na Avenida Serra Verde número trinta e três, Condomínio Maxximo Garden, Setor Habitacional Jardim Botânico, Brasília - Distrito Federal e “CEP 71680-616”; e, pela eleição como membro Suplente - MARCELO KALUME REIS, brasileiro, casado (Regime de Casamento, Comunhão Parcial de Bens), Bacharel em Ciências Contábeis, inscrito no Cadastro de Pessoa Física sob o número “416.167.663-87”, residente e domiciliado no Setor de Habitações Individuais Sul, Quadra Interna número cinco, conjunto dois, casa número seis Brasília – Distrito Federal, e “CEP 71615-020”. Ainda em relação à composição do Conselho Fiscal, por falta de indicação pelo Ministério da Saúde, de seus representantes no Conselho Fiscal, delibera pela declaração de vacância. Referente ao item quatro, a remuneração dos administradores, membros do Conselho Fiscal e membros do Comitê de Auditoria, a presente Assembleia deliberou pela aprovação da remuneração dos Administradores, membros do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria, conforme orientação da Secretaria de Coordenação das Empresas Estatais – Ministério da Gestão, Inovação em Serviços Públicos, constante da Nota Técnica “SEI nº 14764/2025/MGI (49829156), em face do disposto no artigo 39, inciso X, do Decreto nº 12.102, de 08.07.2024”. conforme a seguir: a) Administradores (Presidente, Diretores e membros do Conselho de Administração): até R\$ 2.955.093,64; b) Conselho Fiscal: até R\$ 113.166,00; c) Comitê de Auditoria: até R\$ 150.955,20; d) é vedado o pagamento de qualquer item de remuneração não deliberado na assembleia para os membros estatutários, inclusive benefícios de qualquer natureza e verbas de representação, nos termos do art. 152 da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976; e) compete ao Conselho de Administração, com apoio da Auditoria Interna e do Comitê de



Auditoria Estatutário, garantir o cumprimento dos limites global e individual da remuneração dos membros estatutários definidos na assembleia geral; f) o pagamento da remuneração variável dos diretores (RVA) está condicionado à observância dos termos e condições constantes dos programas aprovados previamente pela Sest/MGI e ao teto remuneratório previsto no § 9º do art. 37 da Constituição; g) é vedado o repasse aos administradores de quaisquer benefícios que, eventualmente, vierem a ser concedidos aos empregados da empresa, por ocasião da formalização do acordo coletivo de trabalho na sua respectiva data-base; h) é responsabilidade das empresas estatais federais verificar a regularidade do pagamento dos encargos sociais de ônus do empregador, inclusive mediante análise jurídica; i) em situações em que o diretor seja também empregado da empresa estatal federal, seu contrato de trabalho deverá ser suspenso (súmula nº 269 do Tribunal Superior do Trabalho); j) o pagamento da rubrica quarentena está condicionado à aprovação da Comissão de Ética Pública da Presidência da República – CEP/PR, nos termos da legislação vigente; e k) o pagamento da rubrica auxílio moradia está condicionado à observância das leis orçamentárias e à implementação de regulamento interno, aprovado pelo Conselho de Administração. l) delegar ao Conselho de Administração a competência para distribuir a remuneração dos diretores”. Nada mais havendo a tratar e como ninguém quisesse fazer uso da palavra, o Presidente agradeceu a presença de todos, encerrou os trabalhos, suspendendo a sessão para lavratura da presente ata. Reaberta a sessão, foi a mesma lida, conferida, aprovada e assinada pela Mesa.

Gilberto Barichello
Presidente

Seleta Teresinha Rizzotto
Secretária

União Federal
Representada por Júlio César Gonçalves Correa

Máicon Barbosa da Silva
Advogado Chefe da Assessoria Jurídica





JUNTA COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DO RIO GRANDE DO SUL

Registro Digital

Documento Principal

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
25/319.639-6	RSN2578693977	03/09/2025

Identificação do(s) Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
521.012.829-68	GILBERTO BARICHELLO	03/09/2025 13:59:41
Assinado utilizando assinaturas avançadas gov.br ITI		

553.224.336-00	JÚLIO CÉSAR GONÇALVES CORRÊA	04/09/2025 10:53:10
Assinado utilizando assinaturas avançadas gov.br ITI		

010.786.710-95	MAICON BARBOSA DA SILVA	03/09/2025 14:23:03
Assinado utilizando assinaturas avançadas gov.br ITI		

091.901.630-87	SELETA TERESINHA RIZZOTTO	03/09/2025 14:10:24
Assinado utilizando assinaturas avançadas gov.br ITI		



Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul

Certifico registro sob o nº 11234701 em 12/09/2025 da Empresa HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEICAO S.A., CNPJ 92787118000120 e protocolo 253196396 - 04/09/2025. Autenticação: A5C2D7E841CEC72F11FC4077F48A58E18397D267. José Tadeu Jacoby - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://jucisrs.rs.gov.br/validacao> e informe nº do protocolo 25/319.639-6 e o código de segurança qOD5 Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 12/09/2025 por José Tadeu Jacoby Secretário-Geral.

JOSÉ TADEU JACOBY
SECRETÁRIO-GERAL



CNPJ	Razão Social	Data de Publicação	Hash de Publicação
92.787.118/0001-20	HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEICAO S.A.	27/05/2025 16:01:41	422658130E7358E018FF509B8988E38CAA109858

Demonstrações Contábeis Completas (DCC)

Data de Início	Data de Fim	Consolidada	Origem
28/02/2025	28/02/2025	Sim	Participante-Upload

Título
Demonstrações Contábeis Completas (DCC)

Descrição
Demonstrações Contábeis 2024 - 2023 e Notas Explicativas

Anexos

Tipo de Anexo	Título	Descrição
---------------	--------	-----------



Publicante

Nome	CPF/CNPJ	Data Publicação	Perfil	Tipo de Acesso
HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEICAO S A:92787118000120	92.787.118/0001-20	27/05/2025 16:01:41	Participante	Certificado Digital





HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO S.A.

CNPJ 92.787.118/0001-20

**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2024 e 2023**

Porto Alegre, 31 de dezembro de 2024.



Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul

Certifico registro sob o nº 11234701 em 12/09/2025 da Empresa HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEICAO S.A., CNPJ 92787118000120 e protocolo 253196396 - 04/09/2025. Autenticação: A5C2D7E841CEC72F11FC4077F48A58E18397D267. José Tadeu Jacoby - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://jucisrs.rs.gov.br/validacao> e informe nº do protocolo 25/319.639-6 e o código de segurança qOD5 Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 12/09/2025 por José Tadeu Jacoby Secretário-Geral.


JOSÉ TADEU JACOBY
SECRETÁRIO GERAL

pág. 9/71

HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO S.A.
CNPJ 92.787.118/0001-20

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

ÍNDICE

	Página
BALANÇO PATRIMONIAL	3
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO	5
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE	6
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	7
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO	8
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	9
NOTAS EXPLICATIVAS SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	10
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES	42



HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO S.A.
CNPJ 92.787.118/0001-20
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

BALANÇO PATRIMONIAL
(valores em milhares de reais)

	Nota	Período Atual 31/12/2024	Período Anterior 31/12/2023
ATIVO			
ATIVO CIRCULANTE		192.652	159.304
Caixa e Equivalentes de Caixa	(4)	93.841	49.748
Contas a Receber	(5)	2.762	1.748
Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa	(3.2) (6)	(518)	(425)
Subvenções a Receber	(7)	43.553	44.018
Estoques	(3.3) (8)	28.146	25.424
Adiantamentos a Empregados	(9)	716	19.243
Tributos a Recuperar		36	50
Depósitos Vinculados ou Restituíveis	(10)	8.251	5.475
Outras Contas a Receber	(11)	18.032	16.432
Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa	(6)	(2.891)	(3.113)
Despesas Antecipadas		724	704
ATIVO NÃO CIRCULANTE		531.627	511.119
Realizável a Longo Prazo	(12)	80.112	124.798
Investimentos	(3.4) (14)	3.595	2.818
Imobilizado	(3.5) (15.1)	446.688	382.463
Direito de Uso de Arrendamentos	(3.7) (15.2)	323	132
Intangível	(3.8) (15.3)	909	908
TOTAL DO ATIVO		724.279	670.423

"As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis."



HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO S.A.
CNPJ 92.787.118/0001-20
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

BALANÇO PATRIMONIAL
(valores em milhares de reais)

	Nota	Período Atual 31/12/2024	Período Anterior 31/12/2023
PASSIVO			
PASSIVO CIRCULANTE		716.613	779.608
Fornecedores	(17)	17.799	23.369
Obrigações Trabalhistas	(18)	23.866	6.519
Obrigações Tributárias	(20)	41.526	36.236
Provisões Trabalhistas	(19)	140.182	149.739
Provisão para Indenizações Cíveis e Trabalhistas	(22.1)	447.046	528.684
Subvenções a Realizar	(23)	36.095	29.494
Arrendamentos a Pagar	(3.9) (24)	324	133
Outras Contas a Pagar	(25)	9.775	5.434
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		478.229	418.428
Provisão para Indenizações Cíveis e Trabalhistas	(22.2)	472.069	412.667
Provisão para Riscos Fiscais	(21)	6.160	5.761
Arrendamentos a Pagar	(24)	-	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		(470.563)	(527.613)
Capital Social	(26)	270.303	234.036
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	(27)	66.482	36.267
Reserva de Reavaliação em Bens Próprios	(28)	16.594	16.978
Ajustes de Avaliação Patrimonial	(29.1)	40.316	41.247
Prejuízos Acumulados		(864.258)	(856.141)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		724.279	670.423

"As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis."



HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO S.A.
CNPJ 92.787.118/0001-20
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
(valores em milhares de reais)

	Nota	Período Atual	Período Anterior
		01/01/2024 31/12/2024	01/01/2023 31/12/2023
RECEITA BRUTA		2.884	2.803
Prestação de Serviços	(30)	2.884	2.803
RECEITA LÍQUIDA		2.884	2.803
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	(31)	(1.945.307)	(1.739.905)
PREJUÍZO OPERACIONAL BRUTO		(1.942.423)	(1.737.102)
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		(177.900)	(169.482)
Despesas Gerais e Administrativas	(32)	(201.201)	(155.446)
Outras Receitas Operacionais	(34)	26.897	27.441
Outras Despesas Operacionais	(35)	(3.596)	(41.477)
RESULTADO ANTES DAS RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS		(2.120.323)	(1.906.583)
Despesas Financeiras	(37)	(144)	(157)
Receitas Financeiras	(38)	11.964	11.980
RESULTADO ANTES DAS SUBVENÇÕES DO TESOUREIRO NACIONAL		(2.108.503)	(1.984.760)
SUBVENÇÕES PARA CUSTEIO	(39)	2.099.070	1.830.521
LUCRO (PREJUÍZO) DO PERÍODO	(40)	(9.433)	(64.239)
LUCRO (PREJUÍZO) POR AÇÃO EM REAIS		(0,08)	(0,57)

"As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis."



HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO S.A.
CNPJ 92.787.118/0001-20
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
(valores em milhares de reais)

	Nota	Período Atual	Período Anterior
		01/01/2024 31/12/2024	01/01/2023 31/12/2023
PREJUÍZO DO PERÍODO ATRIBUÍVEL AO CONTROLADOR			
	(40)	(9.433)	(64.239)
Realização da Reserva de Reavaliação	(28)	385	385
Realização dos Ajustes de Avaliação Patrimonial	(29.1)	931	931
RESULTADO ABRANGENTE ATRIBUÍVEL AO CONTROLADOR		(8.117)	(62.923)

"As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis."



HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO S.A.
CNPJ 92.787.118/0001-20
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(valores em milhares de reais)

	Nota	Capital Social	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	Reserva de Reavaliação	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Prejuízos Acumulados	Total
Saldos Iniciais em 1º de janeiro de 2023		222.997	11.039	17.363	42.179	(793.218)	(499.640)
Aumento de Capital	(26)	11.039	(11.039)	-	-	-	-
Recebido Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	(27)	-	36.267	-	-	-	36.267
Realização da Reserva de Reavaliação	(28)	-	-	(385)	-	385	-
Realização dos Ajustes de Avaliação Patrimonial	(29.1)	-	-	-	(931)	931	-
Lucro/Prejuízo do Período	(40)	-	-	-	-	(64.239)	(64.239)
Saldos em 31 de dezembro de 2023		234.036	36.267	16.978	41.247	(856.141)	(527.613)

	Nota	Capital Social	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	Reserva de Reavaliação	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Prejuízos Acumulados	Total
Saldos Iniciais em 1º de janeiro de 2024		234.036	36.267	16.978	41.247	(856.141)	(527.613)
Aumento de Capital	(26)	36.267	(36.267)	-	-	-	-
Recebido Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	(27)	-	66.482	-	-	-	66.482
Realização da Reserva de Reavaliação	(28)	-	-	(385)	-	385	-
Realização dos Ajustes de Avaliação Patrimonial	(29.1)	-	-	-	(931)	931	-
Lucro (Prejuízo) do Período	(40)	-	-	-	-	(9.433)	(9.433)
Saldos em 31 de dezembro de 2024		270.303	66.482	16.594	40.316	(864.258)	(470.563)

"As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis."



HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO S.A.

CNPJ 92.787.118/0001-20

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM

31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PELO MÉTODO INDIRETO

(valores em milhares de reais)

	Nota	Período Atual	Período Anterior
		31/12/2024	31/12/2023
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Resultado do Período	(40)	(9.433)	(64.239)
Ajustes para:			
Depreciações e Amortizações	(15.1) (15.2)	24.446	23.907
Venda de Imobilizado		(258)	-
Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa	(6)	689	(7.099)
Perdas Estimadas com Estoques		156	138
Custo do Imobilizado Baixado ou Indenizado		462	326
Provisões e Reversões		(136)	46.374
Realização das Subvenções para Custeio	(39)	(2.099.070)	(1.830.521)
Doações Recebidas		(14.324)	(16.818)
Resultado do Período Ajustado		(2.097.469)	(1.847.933)
Redução (Aumento) de Ativos:			
Contas a Receber		(1.072)	(289)
Subvenções a Receber		466	(10.899)
Estoques		(2.879)	(6.478)
Depósitos Vinculados ou Restituíveis		(2.776)	(1.618)
Outras Contas a Receber		60.156	(7.913)
Aumento (Redução) de Passivos:			
Fornecedores		(5.570)	2.100
Subvenções a Realizar		6.601	25.159
Provisões para Indenizações Cíveis e Trabalhistas		(22.513)	(42.388)
Outras Contas a Pagar e Provisões		17.612	71.568
Caixa Líquido Consumido nas Atividades Operacionais		(2.047.443)	(1.818.691)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisições de Imobilizado e Intangível	(15.1) (15.3)	(88.598)	(41.164)
Venda de Imobilizado		258	-
Custo do Investimento Transferido para Venda		-	-
Caixa Líquido Consumido nas Atividades de Investimento		(88.340)	(41.164)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Subvenções para Custeio	(39)	2.099.070	1.816.220
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	(27)	66.482	36.267
Doações Recebidas		14.324	16.818
Caixa Líquido Gerado nas Atividades de Financiamento		2.179.876	1.869.305
AUMENTO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		44.094	9.449
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO			
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período		(49.748)	40.298
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período	(4)	93.841	49.748
COMPOSIÇÃO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		93.841	49.748
Disponibilidades em Conta Corrente		5	85
Disponibilidades em Aplicações Financeiras		93.836	49.662

"As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis."



HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO S.A.
CNPJ 92.787.118/0001-20
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
(valores em milhares de reais)

	Nota	Período Atual	Período Anterior
		31/12/2024	31/12/2023
RECEITAS		2.128.277	1.867.865
Prestação de Serviços	(30)	2.884	2.803
Subvenção para Custeio	(39)	2.099.070	1.830.521
Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa	(6)	(575)	7.099
Outras Receitas	(34)	26.897	27.441
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		(411.465)	(333.810)
Custo dos Serviços Prestados		(348.385)	(304.560)
Materiais, Energia, Serviços de Terceiros e Outros		(58.269)	(30.163)
Provisão para Indenizações Cíveis		(4.411)	1.400
Provisão para Riscos Fiscais		(399)	(487)
VALOR ADICIONADO BRUTO		1.716.813	1.534.055
DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES	(15.1) (15.2)	(24.446)	(23.907)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE		1.692.367	1.510.148
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		11.964	11.980
Receitas Financeiras	(38)	11.964	11.980
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR		1.704.330	1.522.128
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		1.704.330	1.522.128
Pessoal		1.702.097	1.577.627
Remuneração Direta		1.471.243	1.379.311
Benefícios		111.267	89.837
FGTS		119.587	108.479
Impostos, Taxas e Contribuições		166	156
Federais		-	14
Estaduais		-	30
Municipais		166	112
Remuneração de Capitais de Terceiros		11.500	8.583
Juros		144	157
Aluguéis		11.356	8.426
Remuneração de Capitais Próprios		(9.433)	(64.239)
Resultado do Exercício	(40)	(9.433)	(64.239)

"As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis."





HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO S.A.
CNPJ 92.787.118/0001-20

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

NOTAS EXPLICATIVAS SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
(valores em milhares de reais)

NOTA 1 CONSTITUIÇÃO E ATIVIDADES OPERACIONAIS

O Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A. com sede em Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul é uma empresa pública de direito privado, constituída sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, sob controle acionário da União sendo regida pelo Decreto nº 7.718, de 4 de abril de 2012, pela Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, pelo Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016, por seu estatuto e legislação aplicável. A Sociedade que possui interesse e utilidade pública, tem o fim exclusivo de, no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS, planejar, gerir, desenvolver e executar ações e serviços de saúde, inclusive com a manutenção de estabelecimentos hospitalares, bem como ensino técnico e superior, e pesquisa básica ou aplicada de caráter científico ou tecnológico ou o desenvolvimento de novos produtos, serviços ou processos na área de saúde em acordo com os princípios, normas e objetivos constitucionais e legais do Sistema Único de Saúde. O Hospital Nossa Senhora da Conceição é administrado pelo Conselho de Administração (CA), como órgão colegiado de deliberação estratégica e controle de gestão, e pela Diretoria Executiva (DE), como órgão executivo de administração e representação. O Conselho de Administração (CA) é composto por membros indicados pelo Ministério da Saúde (MS), Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGI), pelo Diretor-Presidente e representante indicado pelos empregados. A Diretoria Executiva (DE) é composta pelo Diretor-Presidente, Diretor Administrativo e Financeiro, Diretor de Atenção à Saúde e Diretora de Inovação, Gestão do Trabalho e Educação. No 4º trimestre de 2024 o Hospital Nossa Senhora da Conceição estabeleceu uma filial no Estado do Rio de Janeiro para atender as disposições de descentralização de serviços contidas no Termo de Execução Descentralizada nº 49/2024 e na Portaria/MS nº 5.514 de 14 de outubro de 2024.

NOTA 2 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, atendendo às disposições da legislação societária (Lei 6.404/76 e alterações, bem como a Lei nº 11.638/07), às Normas Brasileiras de Contabilidade, aos pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade e ao Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI) do Governo Federal, na forma da Lei 4.320/64. A moeda funcional utilizada é o real (R\$).

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Diretoria Executiva (DE) em 16 de janeiro de 2025.



NOTA 3 PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Abaixo elencamos as bases de reconhecimento e mensuração aplicadas na preparação das demonstrações, bem como as principais práticas contábeis adotadas:

3.1 Receitas e Despesas – As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência. As receitas de subvenções para custeio são reconhecidas no resultado quando utilizadas, conforme disposto no item 2 da Resolução do Conselho Federal de Contabilidade 2017/NBC TG 07(R2) - Subvenção e Assistências Governamentais.

3.2 Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) – Constituída de acordo com o Art. 9º da Lei nº 9.430/96, alterado pelo Art. 8º da Lei nº 13.097/15 e com o Art. 71 da Instrução Normativa RFB nº 1.700, de 14 de março de 2017 (Nota 6).

3.3 Estoques – São demonstrados ao custo médio de aquisição ou produção, que não excede o valor de mercado (Nota 8).

3.4 Investimentos – As participações em outras empresas são adequadas ao preço de mercado e os outros investimentos ao valor de realização estimada, todos mediante constituição ou reversão de provisões para perdas (Nota 14).

3.5 Imobilizado – Está demonstrado ao custo de aquisição ou construção corrigido monetariamente conforme legislação vigente até 31 de dezembro de 1995 (custo histórico). Em 25 de agosto de 1997 os terrenos e edificações foram reavaliados por empresa especializada. Desde 2009, as depreciações são calculadas pelo método linear sobre o custo, com base em taxas determinadas em função do prazo de vida útil estimado para a utilização dos bens, suportado por laudo técnico elaborado por empresa especializada. As benfeitorias em imóveis de terceiros estão suportadas por contratos de cessão de uso do imóvel, com prazo de vigência indeterminado, razão pela qual foram depreciadas de acordo com o prazo de vida útil estimado para os bens, entre 50 e 60 anos. A amortização de edificações em imóveis de terceiros, registrada no imobilizado, foi calculada com base no prazo do contrato de locação do imóvel. Em 2010 foi adotado o custo atribuído conforme Interpretação Técnica ICPC 10 - Interpretação Sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento, que gerou ajuste de avaliação patrimonial. Em 2015, com a adoção inicial da Lei nº 12.973/14, os ajustes foram reconhecidos em subcontas do imobilizado e em dezembro de 2018, em função da obtenção da imunidade total dos impostos e das contribuições, as subcontas foram eliminadas por não ser mais necessário este controle (Nota 15.1).

3.6 Teste de Impairment – O teste de impairment deve ser aplicado para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido redução ao valor recuperável de um ativo. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial deste ativo e que aquele evento teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros, se estes puderem ser estimados de forma confiável. No Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A., a depreciação é calculada com base no tempo de vida útil, e todos os bens que tiverem o custo de recuperação/manutenção maior que 50% do seu valor de mercado são considerados irre recuperáveis e baixados, conforme item 6 do Manual de Administração Patrimonial de Bens do Imobilizado do GHC e Inciso IV do Art. 3º do Decreto nº 9.373, de 11 de maio de 2018, razão pela qual o Comitê de Análise do Patrimônio em seu parecer datado de 31 de março de 2019, conclui que “não existem evidências objetivas que justifiquem a realização de teste de recuperabilidade para os ativos do Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A. e suas filiais”.



3.7 Direito de Uso de Arrendamentos – É um ativo que representa o direito do arrendatário de usar o ativo subjacente durante o prazo do arrendamento e está contabilizado no ativo não circulante (Notas 3.9 e 15.2).

3.8 Intangível – Está demonstrado ao custo de aquisição e desde 2009 a amortização é calculada com base no tempo de vida útil estimado para a utilização dos bens (Nota 15.3).

3.9 Arrendamentos – São representados pelos contratos de arrendamentos que transferem o direito de usar um ativo por um período de tempo em troca de contraprestação, transferindo substancialmente os riscos e benefícios do arrendador para o arrendatário. Após minuciosa análise de todos os contratos de aluguel, os contratos que se enquadravam na norma do Conselho Federal de Contabilidade nº 2017/NBC TG 06 (R3) – Operações de Arrendamento Mercantil, foram contabilizados o direito de uso e a depreciação no ativo não circulante e a obrigação no passivo circulante e não circulante (Nota 3.7 e 24).

3.10 Provisões para Contribuição Social e Imposto de Renda – Embora isentos da contribuição social sobre o lucro líquido desde 2016, em função do CEBAS, em 20/11/2018 o Hospital obteve na justiça a imunidade das contribuições do PIS/PASEP, COFINS e da CSLL, razão pela qual esta provisão também não é mais calculada como já ocorria com o IRPJ desde o reconhecimento da imunidade tributária dos impostos em 2015.

NOTA 4 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Contas	Período Atual	Período Anterior
	31/12/2024	31/12/2023
Numerário Disponível	5	85
Aplicações Financeiras	93.836	49.663
Total	93.841	49.748

São recursos, em moeda nacional, depositados na conta única do governo federal e aplicações financeiras de liquidez imediata, mensurados e avaliados pelo valor do custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data de encerramento das demonstrações contábeis.

NOTA 5 CONTAS A RECEBER

Contas	Período Atual	Período Anterior
	31/12/2024	31/12/2023
Créditos com Pesquisas	159	4
Sócios Locatários	38	38
Outros Clientes – Estágios	2.565	1.706
Total	2.762	1.748

5.1 Créditos com Pesquisas – São créditos a receber referentes a 10% do valor pago pelos patrocinadores da pesquisa clínica aos médicos contratados para avaliar a eficácia e a segurança de um novo medicamento ou procedimento, após aprovação ética do estudo. O valor cobrado visa cobrir o custo hospitalar incluindo os exames realizados.



5.2 Sócios Locatários – São créditos a receber de pessoas físicas que possuem contrato assinado pelo antigo fundador do Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A. que concede a eles o direito vitalício de morar nas dependências do Hospital, com direito a assistência médica e ressarcimento das despesas com o seu funeral. Os créditos a receber se referem ao valor cobrado mensalmente pela alimentação fornecida, que corresponde a 50% do salário mínimo nacional.

5.3 Outros Clientes – Estágios – Nesta conta estão agrupados os valores a receber referentes a estágios realizados nas diversas unidades do Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A. por alunos de outras instituições de ensino, da área da saúde, como medicina, fisioterapia, fonoaudiologia, serviço social, odontologia, graduação e técnicos de enfermagem, radiologia e nutrição.

NOTA 6 PERDAS ESTIMADAS COM CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

Contas	Período Atual				Período Anterior			
	31/12/2024				31/12/2023			
	Saldo Inicial	Acréscimos	Baixas	Total	Saldo Inicial	Acréscimos	Baixas	Total
ATIVO CIRCULANTE								
Contas a Receber								
Sócios Locatários	(37)	(1)	-	(38)	(36)	(1)	-	(37)
Outros Clientes	(389)	(125)	34	(480)	(57)	(409)	77	(389)
Subtotal	(425)	(126)	34	(518)	(93)	(410)	77	(425)
Outras Contas a Receber								
Devolução e Abat. a Fornecedores	(2.830)	(367)	520	(2.677)	(2.287)	(848)	305	(2.830)
Adiantamentos a Empregados	(187)	(109)	177	(119)	(108)	(109)	30	(187)
Cessão de Pes. a Estados/Municípios	(96)	-	-	(96)	(3.375)	(88)	3.367	(96)
Subtotal	(3.113)	(476)	697	(2.891)	(5.770)	(1.045)	3.702	(3.113)
ATIVO NÃO CIRCULANTE								
Realizável a Longo Prazo								
Município de Porto Alegre	(3.335)	-	-	(3.335)	(3.335)	-	-	(3.335)
Cessão de Pes. a Estados/Municípios	(5.035)	-	-	(5.035)	(10.523)	(3.357)	8.845	(5.035)
Multimed Equip. Eletrônicos Ltda.	(84)	-	-	(84)	(84)	-	-	(84)
Africanamente Centro de Pesquisas	(61)	(8)	-	(69)	-	(62)	1	(61)
Funcionários	-	(143)	4	(138)	-	-	-	-
Subtotal	(8.515)	(151)	4	(8.661)	(13.942)	(3.419)	8.846	(8.515)
Total	(12.053)	(753)	735	(12.071)	(19.805)	(4.874)	12.625	(12.053)

O saldo acumulado das contas é considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização de créditos.



NOTA 7 SUBVENÇÕES A RECEBER

Contas	Período Atual					
	31/12/2024					
ATIVO CIRCULANTE	Saldo Inicial	Apropriação Orçamento	Suplementação/ Remanejo	Valor Recebido	Remanejo/ Canc/Dev	Saldo Final
Manutenção do Custeio	37.094	275.673	13.000	(314.784)	2.156	13.139
Reformas	6.598	3.358	-	(7.876)	501	2.581
Atenção à Saúde	326	-	-	(326)	-	-
Crédito Extraordinário MP - 1218/24	-	-	62.500	(66.121)	4.323	702
Termo de Execução Descentralizada de Recursos 49/2024 - HFB	-	-	14.500	-	-	14.500
Termo de Execução Descentralizada de Recursos 151/2024 - MS	-	-	12.631	-	-	12.631
Total	44.018	279.031	102.631	(389.107)	6.980	43.553

Contas	Período Anterior					
	31/12/2023					
ATIVO CIRCULANTE	Saldo Inicial	Apropriação Orçamento	Suplementação/ Remanejo	Valor Recebido	Remanejo/ Canc/Dev	Saldo Final
Manutenção do Custeio	32.000	270.000	41.560	(305.576)	(890)	37.094
Reformas	450	18.499	-	(3.158)	(9.193)	6.598
Covid-19	669	-	-	(80)	(589)	-
Atenção à Saúde	-	326	-	-	-	326
Descentralização Ofício 130/2023	-	10.000	-	-	(10.000)	-
Total	33.119	298.825	41.560	(308.814)	(20.672)	44.018

Em cumprimento à resolução nº 2017 - NBC TG 07 (R2) – SUBVENÇÃO E ASSISTÊNCIA GOVERNAMENTAIS - do Conselho Federal de Contabilidade, as subvenções para custeio a receber do Ministério da Saúde estão registradas no ativo circulante com contrapartida no passivo circulante, pelo total de recursos disponibilizados para o Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A. no Orçamento da Seguridade Social, aprovado pela Lei Orçamentária Anual nº 14.822, de 22 de janeiro de 2024 e pela nº 14.535, de 17 de janeiro de 2023. Quando os recursos são repassados pelo Ministério da Saúde, conforme a necessidade financeira de desembolso do Hospital, os valores são baixados desta conta (Notas 23 e 39). As subvenções são utilizadas para custear as despesas com:

7.1 Manutenção do Custeio – São recursos recebidos para prestação de serviços que integram o Orçamento da Seguridade Social. No exercício de 2024, foram apropriados o orçamento ordinário de R\$ 275.673 e suplementação de R\$ 13.000.

7.2 Covid-19 – No exercício de 2023, o Hospital não recebeu orçamento para ações da Covid-19. Os repasses recebidos no primeiro semestre de 2023 são oriundos de restos a pagar. Em 2024, a mencionada ação também não recebeu créditos orçamentários.

7.3 Reformas e Demais Custeios – Servem para custear as despesas com a manutenção de bens imóveis e reformas. Foram apropriados, no exercício de 2024, R\$ 3.358 para reformas.



7.4 Atenção à Saúde – Por meio da Emenda 19/2023 foram destinados ao Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A. recursos orçamentários para atender ações de atenção à saúde nos serviços ambulatoriais e hospitalares no município de Porto Alegre/RS.

7.5 Descentralização Ofício 130/2023 – Foram destinados ao Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A. recursos orçamentários, entretanto houve cancelamento no mesmo período de 2023. Em 2024, não foram recebidos créditos orçamentários para esta finalidade.

7.6 Crédito Extraordinário MP 1218/2024 – Reforço de dotação recebido por meio de recursos extraordinários para o atendimento de medidas emergenciais em decorrência do estado de calamidade pública no Estado do Rio Grande do Sul, justificados pelos desastres naturais, gerando prejuízos sem precedentes, em sua extensão, prejudicando de forma intensa e inesperada a população e as atividades econômicas nas diversas regiões atingidas.

7.7 Termo de Execução Descentralizada de Recursos – No exercício de 2024, foram autorizados dois Termos de Execução Descentralizadas: TED nº 49/2024 no valor de R\$ 14.500.000 e TED nº 151/2024 no valor de R\$ 12.630.885

NOTA 8 ESTOQUES

Contas	Período Atual	Período Anterior
	31/12/2024	31/12/2023
Almoxarifados	22.627	21.188
Farmácias	3.330	2.739
Subalmoxarifados	2.473	1.754
Perdas Estimadas com Estoques	(284)	(257)
Total	28.146	25.424

Os valores dos itens de estoque são revertidos para o resultado, em obediência ao regime de competência quando do seu consumo nas atividades da entidade. Os estoques se compõem de materiais a serem consumidos no processo de prestação de serviços e estão demonstrados por local de armazenamento. São avaliados pelo custo médio ponderado de aquisição e não excedem o valor de mercado.

NOTA 9 ADIANTAMENTO A EMPREGADOS

Contas	Período Atual	Período Anterior
	31/12/2024	31/12/2023
Férias	-	18.851
Salários – Saldo Devedor	689	359
Décimo Terceiro Salário	-	19
Vale Transporte	27	14
Suprimento de Fundos	-	-
Total	716	19.243



O valor registrado como décimo terceiro refere-se a outros exercícios não descontados de empregados. O vale transporte e o saldo devedor são valores que não puderam ser descontados dos empregados por estarem afastados do trabalho sem receber salário, ou estão sendo descontados parceladamente. O valor do suprimento de fundos se refere ao limite de crédito colocado à disposição do suprido no cartão corporativo do governo federal. O saldo de adiantamento de férias passou a ser contabilizado no passivo circulante a partir de 2024, desta forma houve uma variação considerável nesta conta do ativo circulante

NOTA 10 DEPÓSITOS VINCULADOS OU RESTITUÍVEIS

Contas	Período Atual					Período Anterior				
	31/12/2024					31/12/2023				
	Saldo Inicial	Depósitos	Rendimentos	Baixas	Saldo Final	Saldo Inicial	Depósitos	Rendimentos	Baixas	Saldo Final
Retido de Fornecedores	5.419	4.394	1.038	(2.600)	8.251	3.803	3.373	105	(1.861)	5.419
Trabalhistas	56	-	2	(58)	-	54	-	4	(2)	56
Total	5.475	4.394	1.040	(2.658)	8.251	3.857	3.373	109	(1.863)	5.475

Os valores retidos de fornecedores em cumprimento ao Art. 45, Inciso IX, Alínea “a” do Regulamento Interno de Licitações e Contratos do GHC, visam garantir o pagamento dos encargos trabalhistas quando devidos pelas empresas terceirizadas aos seus empregados. A contrapartida está registrada no passivo circulante em outras contas a pagar. O saldo de depósitos trabalhistas foram regastados via alvará no presente exercício de devolvidos a união.

NOTA 11 OUTRAS CONTAS A RECEBER

Contas	Período Atual	Período Anterior
	31/12/2024	31/12/2023
Cessão de Pessoal a Estados e Municípios	317	221
Cessão de Pessoal a Outras Entidades	127	122
Devoluções, Abatimentos e Multas a Fornecedores	4.552	3.853
Adiantamentos a Terceiros	1.005	905
Processos Seletivos	609	594
Créditos a Receber de Ações Judiciais	10.347	9.872
Créditos a Receber de Outras Ações Judiciais	16	4
Outros Créditos a Receber – Aluguéis	10	11
Outros Créditos a Receber – Exclusividade Prestação Serviços Bancários	888	732
Outros Créditos a Receber – Rendimento de Aplicações Financeiras	142	102
Outros Créditos a Receber – Gestão Cadastro Empréstimos Consignados	19	16
Total	18.032	16.432

11.1 Cessão de Pessoal a Estados e Municípios – Os valores registrados nesta conta, no final de 2024, têm relação com o ressarcimento de salários dos empregados públicos do Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A. que foram cedidos a diversas Secretarias Municipais do Estado do Rio Grande do Sul e para as Secretarias de Saúde dos Estados do Rio Grande do Sul, do Espírito Santo e do Distrito Federal. No exercício de 2023, foi transferido para o longo prazo o total de R\$ 3.356 em virtude do recebimento ocorrer após o término do exercício seguinte.

11.2 Cessão de Pessoal a Outras Entidades – Trata-se do ressarcimento de salários pagos a dois funcionários cedidos, sendo um para o Conselho Federal de Enfermagem e outro para a Secretaria de



11.3 Devoluções, abatimentos e multas a fornecedores – São créditos a receber de fornecedores por devolução de mercadorias, abatimentos (glosas) e multas aplicadas por descumprimento de cláusulas contratuais.

11.4 Adiantamentos a Terceiros – São valores pagos aos fornecedores de vale transporte a ser creditado aos funcionários no início do próximo mês.

11.5 Processos Seletivos – São créditos a receber oriundos de taxas de inscrição em concursos públicos arrecadadas por empresas contratadas pelo Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A. para elaboração de processos seletivos.

11.6 Créditos a Receber de Ações Judiciais – Referem-se a um termo de transação com o Município de Porto Alegre – RS, datado de 12 de maio de 2016, sobre a ação judicial de repetição de indébito, referente à imunidade dos tributos municipais. O valor a receber de R\$ 10.347 corresponde ao saldo de duas parcelas, uma com vencimento em julho de 2018 e outra em julho de 2019 devidamente atualizadas pela UFM. Em decorrência das dificuldades do município em dispor de recursos financeiros e as necessidades do GHC de dispor de terrenos e imóveis para qualificação das suas Unidades Básicas de Saúde, está sendo negociada a execução do termo de transação. Os demais créditos a receber decorrentes deste processo estão registrados no longo prazo.

11.7 Créditos a Receber de Outras Ações Judiciais – Resultam dos seguintes acordos judiciais : a) em fevereiro de 2015 com a empresa Tops Consultoria Empresarial Ltda. no valor original de R\$ 4 a ser recebido em seis parcelas atualizadas pelo IGP-M, das quais foram recebidas somente quatro, b) acordo com decisão homologada judicialmente referente a danos patrimoniais públicos em 24 parcelas, c) acordo judicial com ex funcionário.

11.8 Outros Créditos a Receber – São créditos a receber referentes a aluguéis de áreas físicas para associações de funcionários e, também, de uma sala destinada a cafeteria localizada no pavimento térreo do Centro Administrativo do GHC, locada para a empresa F. S. Gastronomia EIRELI – EPP, a 57ª parcela do contrato de exclusividade, pela prestação de serviços bancários, pagamento da folha, depósitos judiciais do Banco do Brasil S.A, pela gestão do cadastro dos empregados com empréstimos consignados efetuadas pela empresa Quantum Web Tecnologia da Informação Ltda. e rendimentos de aplicações financeiras referentes ao terceiro decêndio de dezembro de 2024, com liquidez imediata, disponível somente no mês de janeiro de 2025.



NOTA 12 REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

Contas	Período Atual	Período Anterior
	31/12/2024	31/12/2023
Convênio	69	61
Créditos e Valores – Clientes	40.127	40.127
Créditos e Valores – Repetição de Indébito Cível	215	215
Crédito e Valores – Empregados	187	-
Cessão de Pessoal a Estados e Municípios	19.196	18.655
Depósitos Judiciais Trabalhistas	16.943	18.401
Créditos a Receber de Ações Judiciais Tributárias – COFINS	713	680
Créditos a Receber de Ações Judiciais Tributárias – ICMS	1.464	1.400
Créditos a Receber de Ações Judiciais Tributárias – Tributos Municipais	9.401	9.401
Créditos a Receber de Ações Judiciais Tributárias – ADIR/Estadual	431	406
Créditos a Receber de Ações Judiciais Tributárias – Tributos Federais	-	43.966
Créditos a Receber de Outras Ações Judiciais	27	-
Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa – PECLD	(8.661)	(8.515)
Total	80.112	124.798

12.1 Convênio – Refere-se ao valor repassado, em 27 de janeiro de 2010, à entidade conveniada denominada Africanamente – Centro de Pesquisa, Preservação e Divulgação de Tradições Culturais Afrodescendentes no valor original de R\$ 40, que por não prestar contas em tempo hábil, assumiu o compromisso de devolver o valor atualizado pelo IGP-M parcelado em sessenta meses, dos quais foram recebidas somente quarenta parcelas, restando vinte parcelas a receber. No exercício de 2023, o saldo foi reclassificado para longo prazo.

12.2 Créditos e Valores: a) De Clientes – São valores faturados contra o Município de Porto Alegre/RS pelos serviços prestados durante os meses de maio de 2014 a novembro de 2017, ainda pendentes de recebimento. Referem-se a incentivos financeiros concedidos pelo Ministério da Saúde e pelo Estado do Rio Grande do Sul por serviços prestados aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS, a título de complemento de faturamento. Com a finalidade de realizar esses créditos, o Hospital ingressou com ação judicial de cobrança. b) De Repetição de Indébito Cível – Resultado de uma sindicância no valor de R\$ 84 transferido do ativo circulante para o longo prazo, em maio de 2021, contra a empresa Multimed Equipamentos Elétricos Ltda. e mais quatro ações de regresso contra a Clinsul Mão de Obra e Representação Ltda. no valor de R\$ 131, totalizando R\$ 215. c) De Crédito e Valores de Empregados – Saldo a receber de funcionários demitidos que não tiveram o desconto em rescisão e de afastados que não podem ser descontados até seu retorno ao trabalho.

12.3 Cessão de Pessoal a Estados e Municípios – São valores a receber pela cessão de pessoal a diversas Secretarias do Estado do Rio Grande do Sul, no valor de R\$ 4.935, aos municípios de: Porto Alegre, R\$ 12.483, Canoas, R\$ 300, Sapucaia do Sul, R\$ 440 e Fortaleza, R\$ 1.038. Os saldos são compostos pelo principal e as devidas atualizações nos casos de precatório emitidos.

12.4 Depósitos Judiciais Trabalhistas – São valores depositados na Caixa Econômica Federal – CEF para interposição de recursos na justiça do trabalho. A atualização é feita pelo mesmo coeficiente de remuneração das contas vinculadas utilizado por aquela instituição financeira. São liberados pela justiça por alvará para pagamento de dívidas trabalhistas aos reclamantes ou podem retornar para o Hospital.



12.5 Créditos a Receber de Ações Judiciais – Oriundos de ações judiciais tributárias de repetição de indébito: a) Da COFINS – Está na fase dos precatórios e já foi parcialmente recebida; b) Do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS – Está vinculado ao processo de imunidade tributária que transitou em julgado em 04 de novembro de 2013, com precatório emitido. As duas ações estão sendo atualizadas pela SELIC; c) Dos Tributos Municipais – Também vinculados ao processo de imunidade tributária ganho em repercussão geral a ser pago pelo Município de Porto Alegre/RS, cujo acordo assinado em 12 de maio de 2016, deve ser cumprido em várias etapas. A primeira parte já foi recebida na forma de dação em pagamento de um terreno de uma praça, situada ao lado do Hospital, no valor de R\$ 5.889, a segunda parte, no valor de R\$ 10.347, deve ser paga com recursos financeiros registrados no ativo circulante (Nota 11.6), e a terceira parte deverá ser quitada pelo Município com a desafetação e dação em pagamento de parte de outro terreno situado na mesma rua do Hospital, por R\$ 827, e a construção de duas unidades de saúde no valor de R\$ 8.574, totalizando R\$ 9.401; d) Do Adicional de Imposto de Renda – ADIR/Estadual – Pago de outubro de 1991 a outubro de 1993, este processo aguarda o pagamento do precatório nº 116543; e) Dos Tributos Federais – referentes à ação de repetição de indébito da imunidade tributária, cujo trânsito em julgado ocorreu em 27 de outubro de 2021 e o recebimento ocorreu por meio de precatório em abril de 2024.

12.6 Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Dúvidosa (PECLD) – Referem-se à provisão para perdas da cessão de pessoal a diversas Secretarias do Estado do Rio Grande do Sul, importando em R\$ 4.875. Composta também por municípios do mesmo estado em R\$ 3.496. Em maio de 2021, foi transferido para esta conta R\$ 84 referente à provisão para perdas do valor não recebido da empresa Multimed Equipamentos Elétricos Ltda. relacionado ao resultado da sindicância nº 04/2015. Em maio de 2023, foi reclassificado o convênio Africanamente – Centro de Pesquisa, Preservação e Divulgação de Tradições Culturais Afrodescendentes no valor de R\$ 69.

NOTA 13 ATIVOS CONTINGENTES

Contas	Período Atual	Período Anterior
	31/12/2024	31/12/2023
Contribuições Previdenciárias	1.066.758	1.029.987
Total	1.066.758	1.029.987

Conforme determinam os itens 35 e 89 da Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 2017/NBC TG 25 (R2) – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, divulgamos os valores considerados de realização possível, referente às ações de repetição de indébito das contribuições previdenciárias (INSS Patronal e Terceiros), originárias do processo de imunidade tributária que transitou em julgado em 24 de agosto de 2018.



NOTA 14 INVESTIMENTOS

Contas	Período Atual	Período Anterior
	31/12/2024	31/12/2023
Participações Societárias	3.635	6.967
Em Outras Empresas	47	89
Em Outros Investimentos – AHPA	3.588	6.878
Perdas Estimadas	(40)	(4.149)
Em Outras Empresas	(40)	(40)
Em Outros Investimentos – AHPA	-	(4.109)
Total	3.595	2.818

As participações societárias em outras empresas foram colocadas à venda. O investimento na Associação dos Hospitais de Porto Alegre – AHPA refere-se à participação, sem previsão de remuneração monetária direta, exceto no caso de eventual retirada do Hospital da Associação (retorno do investimento original acrescido da variação do IGPM-FGV, conforme previsto no estatuto social da Associação). Com o objetivo de acompanhar e refletir a possibilidade do cumprimento, ou não, da cláusula contratual de retorno do investimento, é calculada provisão ou reversão de perdas com base no patrimônio líquido da AHPA, apurado no último balancete que estiver fechado, limitada ao valor total do investimento atualizado pela variação do IGPM-FGV, conforme previsto no Art. 49 do Estatuto Social da Associação a provisão societária na AHPA, no exercício de 2024, apresentou provisão positiva de R\$ 819 (R\$ 70 no mesmo período de 2023) com base no balancete de novembro de 2024, sendo que a participação societária do Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A. corresponde ao percentual de 55,14% do capital social da investida.

Balancete Patrimonial e Demonstração do Resultado da AHPA	Período Atual	Período Anterior
	31/12/2024	31/12/2023
Ativo Circulante	5.396	3.458
Ativo Não Circulante	9.614	10.324
Total do Ativo	15.010	13.782
Passivo Circulante	3.981	5.042
Passivo Não Circulante	4.522	3.718
Patrimônio Líquido	5.845	5.178
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	14.348	13.938
Receitas	21.329	19.276
Despesas	(20.667)	(19.432)
Superávit (Déficit) do Período	662	(156)
Serviços Prestados para Unidades Hospitalares do GHC (em reais)	13.573.694	12.514.123
Roupa Processada para o GHC (em quilos)	5.574.310	4.416.111



NOTA 15 IMOBILIZADO, DIREITO DE USO E INTANGÍVEL

15.1 Composição do Saldo e Movimentação do Custo do Imobilizado

Contas	Vida Útil Estimada	Período Anterior	Movimentação			Período Atual
		31/12/2023	01/01/2024 a 31/12/2024			31/12/2024
		Custos	Adições	Baixas	Transf.	Custos
IMOBILIZADO						
Terrenos	-	55.279	782	-	-	56.061
Edificações	10 a 60	143.013	1.717	-	106.648	251.378
Edificações em Imóveis de Terceiros	50 a 60	367	-	-	-	367
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	50 a 60	3.194	-	-	-	3.194
Instalações	5 a 60	79.443	-	-	1.117	80.560
Instalações em Imóveis de Terceiros	3 a 25	9	-	-	-	9
Máquinas e Equipamentos Hospitalares	3 a 25	191.859	2.407	(3.077)	18.934	210.123
Outras Máquinas e Equipamentos	3 a 25	9.375	442	(27)	1.137	10.927
Móveis e Utensílios	3 a 25	23.450	737	(192)	2.835	26.830
Veículos	5 a 10	1.383	-	(606)	-	777
Equipamentos de Processamento de Dados	3 a 20	45.326	611	(172)	2.455	48.220
Construções em Andamento	-	101.925	32.908	-	(108.074)	26.759
Outras Imobilizações em Andamento	-	18.195	48.992	-	(25.052)	42.135
Subtotal		672.818	88.598	(4.074)	-	757.340
DEPRECIACÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADA						
Edificações	-	(51.709)	(3.981)	-	-	(55.690)
Edificações em Imóveis de Terceiros	-	(241)	(3)	-	-	(244)
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	-	(943)	(49)	-	-	(992)
Instalações	-	(37.712)	(3.804)	-	-	(41.516)
Instalações em Imóveis de Terceiros	-	(9)	-	-	-	(9)
Máquinas e Equipamentos Hospitalares	-	(140.603)	(10.293)	2.648	-	(148.248)
Outras Máquinas e Equipamentos	-	(5.935)	(516)	21	-	(6.430)
Móveis e Utensílios	-	(16.027)	(1.375)	174	-	(17.228)
Veículos	-	(1.265)	(52)	606	-	(711)
Equipamentos de Processamento de Dados	-	(35.911)	(3.838)	164	-	(39.585)
Subtotal		(290.355)	(23.911)	3.613	-	(310.652)
Total		382.463	64.686	(461)	-	(446.688)

Nota: Vida útil Estimada em Anos

15.2 Composição do Saldo e Movimentação do Custo do Direito de Uso

Contas	Vida Útil Estimada	Período Anterior	Movimentação			Período Atual
		31/12/2023	01/01/2024 a 31/12/2024			31/12/2024
		Custos	Adições	Depreciação	Transf.	Custos
DIREITO DE USO						
Direito de Uso	1	2.111	727	-	-	2.837
Depreciação Acumulada	-	(1.979)	-	(536)	-	(2.514)
Total		132	727	(536)	-	323

Nota: Vida útil Estimada em Anos.



15.3 Composição do Saldo e Movimentação do Custo do Intangível

Contas	Vida Útil Estimada	Período Anterior	Movimentação			Período Atual
		31/12/2023	01/01/2024 a 31/12/2024			31/12/2024
		Custos	Adições	Baixas	Transf.	Custos
INTANGÍVEL						
Software	3	955	-	-	-	955
Marcas e Patentes	-	16	1	-	-	17
Potencial Construtivo	-	892	-	-	-	892
Amortização Acumulada - Software	-	(955)	-	-	-	(955)
Total		908	-	-	-	909

Nota: Vida útil Estimada em Anos.

Não houve alteração relevante no saldo do intangível até o findar do exercício de 2024. Os softwares, embora totalmente amortizados, continuam sendo utilizados. Os valores registrados na conta de marcas e patentes se referem ao custo com o registro da marca “GHC” e com o registro no Instituto Nacional de Propriedade Industrial – INPI do pedido de patente (modelo de utilidade) do equipamento denominado “Sistema de instalação de soluções e aero câmara para aerossóis com porta para sistema fechado de aspiração para pacientes submetidos à Ventilação Artificial”. O potencial construtivo tem origem em indenização por desapropriação pelo município de imóvel situado na esquina da Avenida Francisco Trein com a Avenida Grécia, em Porto Alegre/RS, e será utilizado futuramente na aprovação do projeto para construção de outro prédio.

NOTA 16 PARTES RELACIONADAS

16.1 Saldos com Partes Relacionadas

Contas	Período Atual	Período Anterior
	31/12/2024	31/12/2023
Investimentos – Associação dos Hospitais de Porto Alegre	3.588	2.769
Total	3.588	2.769

16.2 Efeitos no Resultado

Contas	Período Atual	Período Anterior
	31/12/2024	31/12/2023
Serviços de Higienização de Roupas (APHA)	13.574	12.514
Ganhos Estimados com Investimentos (AHPA)	819	70

Legenda: AHPA – Associação de Hospitais de Porto Alegre.



A Política de Transações com Partes Relacionadas foi aprovada pelo Conselho de Administração em 05/12/2018 e revista em 22 de dezembro de 2021, conforme Ata 149 do Conselho de Administração. A referida Política foi elaborada nos termos da legislação em vigor: Lei nº 6.404/76, Lei nº 13.303/16, Decreto nº 8.945/16 e Resolução nº 2014 - NBC TG 05 (R3) – Divulgação sobre Partes Relacionadas – do Conselho Federal de Contabilidade. A Associação dos Hospitais de Porto Alegre (AHPA) refere-se ao Contrato nº 438/2021, de 28 de setembro de 2021, aos aditivos nº 270/23, renovação do contrato, e nº 388/23, reequilíbrio do contrato. O objeto do contrato é a prestação de serviços de higienização de roupas ao Hospital, com vigência de doze meses, podendo ser prorrogado até o limite legal. A participação societária na AHPA está descrita na Nota 14.

16.3 Remuneração Paga ao Pessoal-Chave da Administração

	Período Atual		Período Anterior	
	31/12/2024		31/12/2023	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
Diretoria Executiva	4	1.627	4	1.178
Remuneração	-	1.329	-	1.035
Remuneração Variável a Administradores	-	59	-	-
Um Terço de Férias	-	32	-	17
Gratificação Natalina	-	98	-	51
FGTS	-	109	-	75
Conselho de Administração	7	215	7	200
Conselho Fiscal	3	113	3	107
Comitê de Auditoria	3	144	3	96
Total	16	2.099	16	1.581

A Reunião Extraordinária do Conselho de Administração do dia 04 de abril de 2023 designou para o cargo de Diretor-presidente o atual ocupante por dois anos. A Assembleia Geral Ordinária – AGO de 14 de abril de 2023 elegeu um membro do Conselho de Administração, prorrogou a gestão de quatro Conselheiros de Administração, e reelegeu os membros do Conselho Fiscal. Na mesma data o Conselho de Administração exonerou dois Diretores Executivos e designou o Diretor Presidente para responder cumulativamente pelos cargos de Diretor Administrativo Financeiro e Diretor Técnico até a eleição dos indicados pelo Ministério da Saúde. A AGE de 15 de junho de 2023, conforme o decreto nº 11.437 de 17 de março de 2023, fixou a remuneração do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria. Os Conselheiros de Administração e Fiscal recebem a mesma remuneração mensal. Os três membros do Comitê de Auditoria foram eleitos pelo Conselho de Administração em 24 de setembro de 2018, com mandato de um, dois e três anos e remuneração mensal de quatro mil reais. Um dos membros foi reeleito em 29 de agosto de 2019 e o outro em 22 de setembro de 2020, ambos por três anos e o terceiro membro foi substituído em 22 de setembro de 2021. O substituto tem mandato de três anos. O terceiro membro eleito em 22 de setembro de 2021 renunciou conforme Ata 170 do Conselho de Administração em 08 de março de 2022, cujo cargo foi ocupado em 27 de outubro de 2023, ata do Conselho de Administração nº 296. O maior, o menor e a média, da remuneração da Diretoria Executiva, Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria consta na nota 33. Em 07 de julho de 2023, conforme Ata 273 o Conselho de Administração elegeu o Diretor Administrativo Financeiro, na mesma data e em reunião de mesma natureza o Conselho de Administração nomeou mais um conselheiro, conforme texto da ata 274. Em 08 de agosto de 2023, conforme Ata 281 o Conselho de Administração em reunião extraordinária elegeu os Diretores de Atenção à Saúde e de Inovação, Gestão do Trabalho e Educação. Em 04 de junho de 2024, conforme Ata 331, o Conselho de Administração em reunião extraordinária acolheu a renúncia de um membro bem como a designação para o substituto.



NOTA 17 FORNECEDORES

Contas	Período Atual	Período Anterior
	31/12/2024	31/12/2023
Fornecedores		
Fornecedores Nacionais	17.799	23.369
Total	17.799	23.369

São registradas nesta conta as obrigações decorrentes de contratos, de acordo com a entrega dos materiais ou dos serviços adquiridos. O pagamento ocorre de acordo com o prazo de vencimento contratado, normalmente em até trinta dias após a data de recebimento do produto ou serviço. O saldo em aberto se compõe basicamente dos valores a vencer após o encerramento do exercício de 2024.

NOTA 18 OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

Contas	Período Atual	Período Anterior
	31/12/2024	31/12/2023
Obrigações Sociais e Previdenciárias – Retidas de Fornecedores	565	274
Obrigações Sociais e Previdenciárias – Retidas na Folha de Pagamento	7.582	6.062
Obrigações Sociais e Previdenciárias – FGTS	15.440	-
Obrigações Trabalhistas	92	6
Reembolso Pessoal Cedido de Outros Órgãos	187	177
Total	23.866	6.519

As obrigações sociais e previdenciárias referem-se à contribuição previdenciária retida sobre o valor das notas fiscais de serviços, com cessão de mão de obra e aos valores retidos sobre a folha de pagamento, ambas com vencimento no mês seguinte. As obrigações trabalhistas são saldos de salários a pagar devolvidos pelo banco devido a problemas nas contas bancárias dos funcionários. O reembolso ao pessoal cedido de outros órgãos na data de encerramento do exercício de 2024, soma o valor de R\$ 187.

NOTA 19 PROVISÕES TRABALHISTAS

Contas	Período Atual	Período Anterior
	31/12/2024	31/12/2023
Provisão de Férias	140.182	149.739
Provisão para 13º Salário	-	-
Total	140.182	149.739

A provisão de férias é registrada mensalmente, conforme legislação vigente, incluindo o adicional previsto na constituição.



NOTA 20 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

Contas	Período Atual	Período Anterior
	31/12/2024	31/12/2023
Obrigações Tributárias	41.526	36.236
Total	41.526	36.236

O saldo do período findo em 31 de dezembro de 2024 é composto pelo imposto de renda retido na fonte (IRRF) decorrente dos rendimentos do trabalho informado no e-social, bem como pelas retenções federais que passaram a ser incluídas no DARF agregado numerado originado pela transmissão da DCTF Web no início do mês subsequente ao da ocorrência do fato gerador, conforme disposições contidas na Instrução Normativa RFB nº 2005, de 29 de janeiro de 2021, e na IN RFB nº 2145, de 26 de junho de 2023.

NOTA 21 PROVISÃO PARA RISCOS FISCAIS

Contas	Período Atual		Período Anterior	
	31/12/2024		31/12/2023	
	Passivo Circulante	Passivo Não Circulante	Passivo Circulante	Passivo Não Circulante
Contribuições Sociais				
Contribuições Previdenciárias	-	6.160	-	5.761
Total	-	6.160	-	5.761

Foram provisionadas nesta conta, em 31 de dezembro de 2021, no passivo não circulante, as contribuições previdenciárias não retidas que se referem aos contribuintes individuais (médicos residentes, residentes multiprofissionais e conselheiros) que em função do Hospital ter obtido a imunidade tributária e estar imune ao pagamento da cota patronal e terceiros e considerando a legislação vigente que prevê a retenção de 20% e não 11%, como efetivamente foi retido de 2018 a 2021, gerando uma diferença de 9%, não retida para aqueles contribuintes não abrangidos pelo Mandado de Segurança nº 2003.71.00.034766-2/RS ajuizado pelo Sindicato Médico do Rio Grande do Sul - SIMERGS que dispensa o empregador dos filiados daquele sindicato de reter 20% podendo continuar a reter 11%. Como a retenção efetuada foi feita indistintamente para todos os contribuintes individuais a alíquota de 11%, a diferença de 9% foi auditada pela Receita Federal do Brasil, que intimou o Hospital a retificar as Guias de Recolhimento do FGTS e de Informações à Previdência Social – GFIP's de 2018 e 2019. Cabe destacar que o processo de fiscalização referente ao exercício de 2018 e 2019 encontra-se concluso, todos os valores a pagar decorrentes das GFIP's que foram retificadas e atualizadas mensalmente até o mês de abril de 2023, quando foram pagas. Embora os anos de 2020 e 2021 não estejam incluídos na fiscalização da Receita Federal do Brasil, as contribuições previdenciárias não retidas dos contribuintes individuais foram provisionadas.



NOTA 22 PROVISÃO PARA INDENIZAÇÕES CÍVEIS E TRABALHISTAS

22.1 Com Classificação de Risco Praticamente Certo

Contas		Período Atual			
		31/12/2024			
	Processos ¹	Saldo Inicial	Provisão/ Reversão	Baixa/ Pagamento	Saldo Final
PASSIVO CIRCULANTE					
Indenização Trabalhista	2.056	441.646	41.692	(126.650)	356.688
Indenização Cível	110	7.343	3.597	(276)	10.664
Indenização Cível - Imunidade	1	79.694	-	-	79.694
Total	2.167	528.684	45.289	(126.926)	447.046

Contas		Período Anterior			
		31/12/2023			
	Processos ¹	Saldo Inicial	Provisão/ Reversão	Baixa/ Pagamento	Saldo Final
PASSIVO CIRCULANTE					
Indenização Trabalhista	2.098	397.752	88.026	(44.132)	441.646
Indenização Cível	26	3.601	3.761	(19)	7.343
Indenização Cível - Imunidade	1	79.694	-	-	79.694
Total	2.125	481.047	91.787	(44.151)	528.684

¹Quantidade de processos ativos na data de apresentação.

22.2 Com Classificação de Risco Provável

Contas		Período Atual			
		31/12/2024			
	Processos ¹	Saldo Inicial	Provisão/ Reversão	Baixa/ Pagamento	Saldo Final
PASSIVO NÃO CIRCULANTE					
Indenização Trabalhista	1.269	399.668	58.322	-	457.990
Indenização Cível	116	11.705	2.332	-	14.037
Indenização Cível - Imunidade	1	1.293	51	(1.302)	42
Total	1.386	412.667	60.705	(1.302)	472.069

Contas		Período Anterior			
		31/12/2023			
	Processos ¹	Saldo Inicial	Provisão/ Reversão	Baixa/ Pagamento	Saldo Final
PASSIVO NÃO CIRCULANTE					
Indenização Trabalhista	1.109	418.589	(18.921)	-	399.668
Indenização Cível	60	36.881	(25.176)	-	11.705
Indenização Cível - Imunidade	1	1.264	29	-	1.293
Total	1.170	456.734	(44.068)	-	412.667

¹Quantidade de processos ativos na data de apresentação.



As provisões são reavaliadas periodicamente, conforme estipula o Item 59 da Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 2017/NBC TG 25 (R2) – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, e evidenciam a melhor estimativa corrente na data do balanço. Para todos os processos cíveis ou trabalhistas ingressos na justiça e com classificação de risco praticamente certo a provisão está reconhecida no passivo circulante. Quando a classificação de risco é provável no passivo não circulante. Os processos trabalhistas referem-se, basicamente, às ações movidas por empregados ativos, ex-empregados e empregados de empresas terceirizadas. Os processos cíveis, na maioria dos casos, são movidos por pacientes e tem como objeto principal o dano moral, indenização por erro médico e pensionamento vitalício. A partir de 2020 o orçamento destinado ao pagamento dos precatórios é transferido para o Tribunal Regional do Trabalho - TRT4, que é o responsável por realizar os pagamentos aos beneficiários, razão pela qual os recursos financeiros correspondentes são repassados diretamente para o referido tribunal e a provisão é baixada. Durante o ano de 2011 foi constituída provisão cível para pagamento de honorários aos advogados contratados para propor ação de imunidade tributária. Esta provisão está contabilizada no passivo circulante e não circulante, é atualizada mensalmente pela cláusula contratual e conforme a classificação de risco em praticamente certo e provável, respectivamente. Os processos judiciais trabalhistas e cíveis têm seus valores de provisão atualizados mensalmente, por índices de inflação, em conformidade com a determinação judicial de cada processo, portanto, não há um índice padrão para todos os processos. São aplicados os seguintes índices de atualização monetária: IGP-M, IPCA, SELIC e TR. Há casos especiais em que são aplicados juros de mora na ordem de 0,5% ou 1,0% ao mês, conforme a determinação judicial.

22.3 Com Classificação de Risco Possível

Contas	Período Atual		Período Anterior	
	31/12/2024		31/12/2023	
	Processos ¹	Valores Estimados	Processos ¹	Valores Estimados
Processos Judiciais				
Processos Cíveis	432	97.294	440	95.278
Processos Trabalhistas	1.056	185.953	1.408	227.664
Total	1.488	283.247	1.848	322.942

¹Quantidade de processos ativos na data de apresentação.

Os processos classificados com grau de risco possível, não são contabilizados, são apenas divulgados em notas explicativas, conforme Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 2017/NBC TG 25 (R2) – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.



NOTA 23 SUBVENÇÕES A REALIZAR

Contas	Período Atual					
	31/12/2024					
	Saldo Inicial	Valor a Realizar	Supl/Rem/Extr	Valor Realizado	Cancelado/ Devolvido	Saldo Final
PASSIVO CIRCULANTE						
Despesas com Pessoal	84	1.739.932	-	(1.728.169)	(11.847)	-
Manutenção do Custeio	22.793	275.674	13.000	(304.842)	(149)	6.476
Reformas	6.335	3.358	-	(7.242)	(17)	2.434
Demais Custeios	-	9	-	(9)	-	-
Atenção à Saúde	282	-	-	(269)	(12)	1
Crédito Extraordinário	-	-	62.500	(62.447)	-	53
Termo de Execução Descentralizada 49/2024 - HFB	-	-	14.500	(198)	198	14.500
Termo de Execução Descentralizada 151/2024 - MS	-	-	12.631	-	-	12.631
Total	29.494	2.018.973	102.631	(2.103.176)	(11.827)	36.095

Contas	Período Anterior					
	31/12/2023					
	Saldo Inicial	Valor a Realizar	Supl/Rem/Extr	Valor Realizado	Cancelado/ Devolvido	Saldo Final
PASSIVO CIRCULANTE						
Despesas com Pessoal	52	1.528.082		(1.515.517)	(12.533)	84
Manutenção do Custeio	17.751	270.000	41.560	(305.677)	(841)	22.793
Covid-19	589	-		-	(589)	-
Reformas	244	18.499		(3.215)	(9.193)	6.335
Demais Custeios	-	1.466		(1.457)	(9)	-
Atenção à Saúde	-	326		(44)	-	282
Total	18.636	1.818.373	41.560	(1.825.910)	(23.165)	29.494

Em cumprimento à Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 2017/NBC TG 07 (R2) – Subvenção e Assistências Governamentais, as subvenções recebidas do Ministério da Saúde foram classificadas no passivo circulante como subvenção para custeio de:

23.1 Subvenções para Despesas com Pessoal – Reconhecidas no passivo pelo recebimento e transferidas para o resultado, como receita, quando utilizadas, na mesma proporção das despesas. Serve para custear as despesas com pessoal, tais como folha de pagamento com encargos, benefícios da folha e indenizações trabalhistas.

23.2 Subvenções para Manutenção do Custeio – A subvenção a receber é reconhecida no ativo circulante pelo total orçamentado (Nota 7) em contrapartida do passivo circulante. À medida que as despesas são pagas com estes recursos, as mesmas, são registradas contabilmente, a subvenção é transferida do passivo circulante para a receita na mesma proporção.

23.3 Subvenções Covid-19 – No exercício de 2023, o Hospital não recebeu orçamento para ações da Covid-19.

23.4 Subvenções para Reformas e Demais Custeios – Servem para custear as despesas com a manutenção de bens imóveis (reformas), sentenças judiciais cíveis, pensões judiciais e demais despesas de custeio em geral. O valor a receber é reconhecido no ativo circulante tendo como contrapartida o



passivo circulante e a transferência para o resultado, em conta da receita, ocorre na mesma proporção das despesas que são pagas com esta receita, contabilizada pelo regime de competência.

23.5 Atenção à Saúde – Recurso orçamentário recebido por meio da emenda 019/2023 para atender projetos de atenção à Saúde em serviços ambulatoriais e hospitalares.

23.6 Crédito Extraordinário – Em maio de 2024 foi recebido um crédito extraordinário de R\$ 62.500, a fim de atendimento de medidas emergenciais em decorrência do estado de calamidade pública no Estado do Rio Grande do Sul.

23.7 Termo de Execução Descentralizada – Termo de Execução Descentralizada de Recursos – No exercício de 2024, foram autorizados dois Termos de Execução Descentralizadas: TED nº 49/2024 no valor de R\$ 14.500.000 e TED nº 151/2024 no valor de R\$ 12.630.885. A baixa dos valores é realizada após aprovação da prestação de contas.

NOTA 24 ARRENDAMENTOS A PAGAR

Contas	Período Atual		Período Anterior	
	31/12/2024		31/12/2023	
	Passivo Circulante	Passivo Não Circulante	Passivo Circulante	Passivo Não Circulante
Arrendamentos Imobiliários				
Saldo no Início do Período	133	-	423	153
Reajuste	463	-	18	-
Pagamento	(536)	-	(461)	-
Transferência	59	(59)	153	(153)
Novo Contrato	205	59	-	-
Saldo no Final do Período	324	-	133	-

Estas operações se enquadram, a partir de 1º de janeiro de 2019, na norma do Conselho Federal de Contabilidade nº 2017/NBC TG 06 (R3) – Operações de Arrendamento Mercantil. Em 2019, por ocasião da adoção inicial, foram analisados todos os contratos vigentes em que o Hospital é o arrendatário, destes apenas três de locação de imóveis como arrendatário se enquadraram na referida norma. No exercício de 2024 estão vigentes cinco contratos de aluguéis.

NOTA 25 OUTRAS CONTAS A PAGAR

Contas	Período Atual	Período Anterior
	31/12/2024	31/12/2023
Outras Contas a Pagar		
Obrigações com Entidades Públicas TED 49/2024	1.500	-
Depósitos Retidos de Fornecedores	8.258	5.434
Contribuições e Consignações de Empregados	17	-
Total	9.775	5.434

25.1 Depósitos Retidos de Fornecedores – São valores retidos dos fornecedores de prestação de serviços com cessão de mão de obra, com base no Art. 45, Inciso IX, Alínea “a”, do Regulamento Interno de Licitações e Contratos do GHC. O valor retido é depositado em conta vinculada no Banco do Brasil S.A. e está registrado no ativo circulante na conta de depósitos vinculados ou restituíveis. A baixa ocorrerá somente quando o valor for liberado para o fornecedor, após este comprovar que cumpriu todas



as obrigações previstas na referida legislação.

25.2 Obrigações e Consignações de Empregados – Correspondem ao valor do suprimento de fundos (limite de crédito) colocado à disposição do suprido no cartão corporativo do governo federal, utilizado para fazer pequenas compras. Representa o compromisso assumido pelo Hospital em pagar a fatura do cartão de crédito, quando aprovada a prestação de contas do suprido, no prazo máximo de sessenta dias. A contrapartida está registrada no ativo circulante na conta de adiantamentos a empregados (Nota 9).

NOTA 26 CAPITAL SOCIAL

Contas	Período Atual		Período Anterior	
	31/12/2024		31/12/2023	
	Quantidade	Valores	Quantidade	Valores
Ações				
Ordinárias	108.511.628	259.471	108.511.628	224.657
Preferenciais	4.530.000	10.832	4.530.000	9.379
Total	113.041.628	270.303	113.041.628	234.036

O capital é composto por ações sem valor nominal, pertence totalmente a União, e está 100% integralizado. Para as ações do capital social está prevista distribuição de um dividendo mínimo obrigatório anual correspondente a 25% do lucro líquido ajustado, assegurando sempre aos acionistas com ações preferenciais, prioridade no recebimento de dividendos de 10% ao ano, maiores do que os atribuídos às ações ordinárias. A Assembleia Geral Extraordinária dos acionistas realizada em 09 de abril de 2024 autorizou a capitalização do adiantamento para futuro aumento de capital, recebidos em 2023, no montante de R\$ 36.267, gerando uma variação aumentativa no capital social, contudo não foram emitidas novas ações.

NOTA 27 ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL

Contas	Período Atual	Período Anterior
	31/12/2024	31/12/2023
Capital Social		
Saldo no Início do Período	36.267	11.039
Valor Capitalizado	(36.267)	(11.039)
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital Recebidos	66.482	36.267
Saldo no Final do Período	66.482	36.267

Nesta conta, estão classificados os recursos recebidos e utilizados no pagamento das aquisições de bens móveis e imóveis. O montante recebido durante o ano é capitalizado no ano seguinte até a data limite da aprovação das contas do exercício, em que ocorrer a transferência, conforme determina o Art. 2º, Parágrafo Único, do Decreto nº 2.673, de 16 de julho de 1998, alterado pelo Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016, (Nota 26). Até o encerramento contábil do exercício de 2024, foram recebidos R\$ 66.482 para futuro aumento de capital no exercício de 2025.

NOTA 28 RESERVA DE REAVALIAÇÃO EM BENS PRÓPRIOS

Contas	Período Atual	Período Anterior
	31/12/2024	31/12/2023



	Saldo Inicial	Valor Realizado	Saldo Final	Saldo Inicial	Valor Realizado	Saldo Final
Terrenos	9.030	-	9.030	9.030	-	9.030
Edificações	7.948	(385)	7.564	8.333	(385)	7.948
Total	16.978	(385)	16.594	17.363	(385)	16.978

Em 25 de agosto de 1997 os terrenos e edificações foram reavaliados por empresa especializada, com objetivo de comparabilidade entre o valor de mercado e o valor contábil. A realização ocorre na mesma proporção da depreciação, venda ou baixa dos bens reavaliados. A provisão para IRPJ e CSLL constituída na época foi baixada após a obtenção da imunidade tributária.

NOTA 29 AJUSTES NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

29 Ajustes de Avaliação Patrimonial

Contas	Período Atual			Período Anterior		
	31/12/2024			31/12/2023		
	Saldo Inicial	Valor Realizado	Saldo Final	Saldo Inicial	Valor Realizado	Saldo Final
Terrenos	26.995	-	26.995	26.995	-	26.995
Edificações	14.252	(931)	13.321	15.184	(931)	14.252
Total	41.247	(931)	40.316	42.179	(931)	41.247

De acordo com as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade destacadas nos itens 21 e 22 da ICPC 10, Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 27, 28, 37 e 43, em 2010 foi apurado o custo atribuído (deemed cost) de bens móveis e imóveis, para determinar o valor justo dos bens mais relevantes: terrenos, prédios, instalações, microcomputadores, veículos e outros bens. Os valores dos ajustes estão registrados no ativo não circulante, no grupo de contas do imobilizado, e a contrapartida, no patrimônio líquido, na conta de ajustes de avaliação patrimonial. Sobre tais valores foram constituídas provisões para contribuição social e imposto de renda diferido com contrapartidas contabilizadas no passivo não circulante, valores estes que foram baixados com o reconhecimento da imunidade tributária do IRPJ em 2015 e a isenção da CSLL obtida com a Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social (CEBAS) em 2016. A conta de ajustes de avaliação patrimonial é realizada na mesma proporção da depreciação, venda ou baixa dos bens ajustados, quando o valor de realização é transferido para a conta de prejuízos acumulados.

NOTA 30 PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Contas	Período Atual	Período Anterior	Varição
	31/12/2024	31/12/2023	
Receitas			



Receitas com Pesquisas	1.370	2.616	-47,6%
Receitas com Estágios	1.504	180	735,6%
Receitas com Sócios Locatários	10	7	42,9%
Total	2.884	2.803	2,9%

Nesta conta está registrada a receita da prestação de serviços de pesquisas, estágios e da taxa de alimentação dos sócios locatários (Nota 5).

NOTA 31 CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS

Contas	Período Atual	Período Anterior	Variação
	31/12/2024	31/12/2023	
Custos dos Serviços			
Salários e Encargos	(1.459.105)	(1.308.866)	11,5%
Benefícios da Folha de Pagamento	(98.888)	(80.268)	23,2%
Provisões Trabalhistas	(8.082)	(18.570)	-56,5%
Consumo de Material	(220.773)	(192.531)	14,7%
Serviços de Terceiros – Pessoa Física	(27.703)	(25.443)	8,9%
Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	(112.745)	(96.760)	16,5%
Depreciações/Amortizações	(17.926)	(17.347)	3,3%
Encargos Tributários	(85)	(120)	-29,2%
Total	(1.945.307)	(1.739.905)	11,8%

Colaboradores	Período Atual	Período Anterior	Variação
	31/12/2024	31/12/2023	
Empregados Efetivos	9.365	8.635	
Empregados Temporários	194	19	
Empregados Temporários – HFB	1.752	-	
Médicos Residentes	410	381	
Residentes Multiprofissionais	131	131	
Total	11.852	9.166	

O custo dos serviços prestados compreende todos os custos diretos aplicados na produção dos serviços tais como salários e encargos, benefícios da folha (creche, vale transporte e vale alimentação), provisões trabalhistas, consumo de materiais, despesas com serviços prestados por pessoas físicas (médicos residentes, residência multiprofissional), jurídicas (estagiários, abastecimento, comunicação, transporte, seguro, aluguéis, conservação reparos e manutenção, entre outros), depreciações, amortizações e encargos tributários (IPTU sobre aluguéis, taxa de coleta de lixo, contribuição para custeio do serviço de iluminação pública e multas fiscais), cujo montante foi apurado com base no custo de cada setor diretamente vinculado ao custo dos serviços prestados. A elevação nos gastos com salário e encargos no exercício de 2024 refere-se aos dissídios aplicados a diversas categorias de empregados e em função das contratações emergenciais e aumento de quadro, conforme Portaria 7739/2024, que dispõe sobre a contratação temporária, em virtude do estado de calamidade, e aumento do quadro efetivo, e vagas para o Hospital Federal de Bonsucesso. O aumento no custo do consumo de materiais está relacionado com o aumento de preço de diversos materiais de insumo, bem como em função da alta demanda após os desastres naturais que afetaram o estado do Rio Grande do Sul, e inauguração do Centro de Oncologia.



NOTA 32 DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

Contas	Período Atual	Período Anterior	Variação
	31/12/2024	31/12/2023	
Despesas			
Salários e Encargos	(126.957)	(110.978)	14,4%
Benefícios da Folha de Pagamento	(7.460)	(5.435)	37,3%
Provisões Trabalhistas	(820)	(2.019)	-59,4%
Consumo de Material	(11.856)	(4.046)	192,8%
Serviços Profissionais - Pessoa Física	(113)	(14)	707,1%
Serviços de Terceiros- Pessoa Jurídica	(47.395)	(26.358)	79,8%
Depreciações/Amortizações	(6.519)	(6.560)	-0,6%
Encargos Tributários	(81)	(36)	125,0%
Total	(201.201)	(155.446)	29,4%

Colaboradores	Período Atual	Período Anterior	Variação
	31/12/2024	31/12/2023	
Empregados Efetivos	723	674	
Empregados Temporários	3	-	
Total	726	674	

As despesas gerais e administrativas compreendem todas as despesas aplicadas nos serviços administrativos, tais como salários e encargos, benefícios da folha (creche, vale transporte e vale alimentação), provisões trabalhistas, consumo de materiais, despesas com serviços prestados por pessoas físicas e jurídicas (estagiários, abastecimento, comunicação, transporte, seguros, aluguéis, conservação, reparos e manutenção, etc.), depreciação e encargos tributários (taxa de coleta de lixo, contribuição para o custeio dos serviços de iluminação pública e multas fiscais), cujo montante foi apurado com base na despesa de cada setor diretamente vinculado as despesas gerais e administrativas. A elevação nos gastos com salário e encargos, no exercício de 2024, refere-se aos dissídios aplicados a diversas categorias de empregados e em função das contratações emergenciais e aumento de quadro, conforme Portaria 7739/2024, que dispõe sobre a contratação temporária, em virtude do estado de calamidade, e aumento do quadro efetivo, e vagas para o Hospital Federal de Bonsucesso. O aumento no custo do consumo de materiais está relacionado com o aumento de preço de diversos materiais de insumo, bem como em função da alta demanda após os desastres naturais que afetaram o estado do Rio Grande do Sul, e inauguração do Centro de Oncologia.



NOTA 33 REMUNERAÇÕES E BENEFÍCIOS PAGOS A EMPREGADOS E ADMINISTRADORES

33.1 Remuneração

Contas	Período Atual			Período Anterior		
	31/12/2024			31/12/2023		
	Maior	Menor	Média	Maior	Menor	Média
Diretoria Executiva	27.680	27.680	27.680	27.680	27.680	27.680
Conselho de Administração	2.999	2.999	2.999	2.999	2.999	2.999
Conselho Fiscal	2.999	2.999	2.999	2.999	2.999	2.999
Comitê de Auditoria	4.000	4.000	4.000	4.000	4.000	4.000
Empregados	44.008	2.406	9.650	41.650	2.308	10.628

Nota: Valores em Unidades de Reais.

33.2 Benefícios a Empregados

	Período Atual		Período Anterior	
	31/12/2024		31/12/2023	
	Valores	Média	Valores	Média
Vale Transporte	9.847.066	347	9.321.027	358
Vale Alimentação	80.501.139	695	53.348.991	528
Auxílio Creche	6.594.854	974	6.487.710	977
Previdência Complementar	7.174.851	-	58	-
Total	104.117.910	-	69.157.786	-

Nota: Valores em Unidades de Reais.

33.3 Diárias e Ajuda de Custo

	Período Atual		Período Anterior	
	31/12/2024		31/12/2023	
	Diárias	Passagens	Diárias	Passagens
Administradores	86	179	60	92
Empregados	208	402	161	408
Apoio aos Hospitais Federais	789	791	-	-
Total	1083	1372	221	500

Nota: Valores em Milhares de Reais.

Em cumprimento a Resolução nº 30 de 04 de agosto de 2022 da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União e da Lei nº 13.303/16, Art. 12, Inciso I, combinado com o Art. 19 do Decreto nº 8.945/16, informamos no quadro acima a remuneração mensal e individual do pessoal chave da administração e empregados, incluindo vantagens pessoais, adicionais, horas extras e despesas vinculadas à remuneração paga aos empregados. Na linha remuneração dos diretores não está incluída a remuneração recebida por um dos diretores como membro do conselho de administração, nem um terço de férias paga anualmente e o FGTS depositado em conta vinculada mensalmente demonstrados na Nota 16.3. A Assembleia Geral Extraordinária de 15 de junho de 2023, conforme o decreto nº 11.437 de 17 de março de 2023, fixou a remuneração do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria. A despesa consolidada com a remuneração da diretoria executiva, dos conselheiros de administração, conselheiros fiscais e comitê de auditoria totalizou, no período de janeiro a dezembro de 2024, R\$ 1.627, sendo R\$ 1.178 no mesmo período de 2023 (Nota 16.3). Para o exercício de 2024, os acionistas fixaram na Assembleia Geral Ordinária de 09 de abril de 2024 o montante de R\$ 2.810, a serem pagos aos



administradores (Diretor-Presidente, demais diretores e membros do Conselho de Administração); Conselho Fiscal o valor de R\$ 108 e para o Comitê de Auditoria a importância de R\$ 144, no período compreendido entre abril de 2024 e março de 2025. Cabe destacar que os benefícios a empregados foram apresentados considerando os valores do exercício de 2024, sendo que a média mês de beneficiados com vale transporte foi de 2.361 empregados, 9.651 para vale alimentação e 500 empregadas beneficiadas com auxílio creche. Os gastos elevados com diárias e passagens no exercício de 2024 (quando comparado com o exercício de 2023) têm relação com a força tarefa apoiada pelo Hospital Nossa Senhora da Conceição, em que foram enviados diversos profissionais, para auxílio aos hospitais federais do Rio de Janeiro.

NOTA 34 OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

Contas	Período Atual 31/12/2024	Período Anterior 31/12/2023	Varição
Outras Receitas Operacionais			
Doações Recebidas – Ministério da Saúde	3.418	11.594	-70,5%
Doações Recebidas – Empresas Privadas	621	764	-18,7%
Doações Recebidas – Município de Porto Alegre (RS)	12	57	-78,9%
Doações Recebidas – Secretaria Estadual de Saúde (RS)	161	30	436,7%
Doações Recebidas – Bens Móveis e Imóveis	480	4.372	-89,0%
Doações Recebidas – Enchentes	9.633	-	-
Exclusividade – Prestação de Serviços Bancários	9.163	8.594	6,6%
Exclusividade – Gestão Empréstimos Consignados	210	176	19,3%
Receita Eventual – Recuperação de Créditos	572	346	65,3%
Receita Eventual – Multas Contratuais	979	1.365	-28,3%
Ganhos/Perdas de Capital	259	-	-
Comissão por Intermediação de Negócios	425	-	-
Aluguéis	145	143	1,4%
Reversão de Provisões com Investimentos	819	-	-
Total	26.897	27.441	-2,0%

34.1 Doações Recebidas – Compõem esta conta as doações recebidas de entes públicos e privados entre os quais destacamos as doações recebidas do Ministério da Saúde, dos patrocinadores de pesquisas, que doam medicamentos para serem utilizados nas pesquisas que estão sendo desenvolvidas no Hospital. As empresas privadas doam material de consumo e bens móveis. Em 2024, recebemos um considerável valor de doações diretamente ligadas a enchente.

34.2 Exclusividade na Prestação de Serviços Bancários – Receita decorrente do contrato pela centralização do processamento da folha de salários e demais movimentações financeiras de pagamento a credores, com o Banco do Brasil S.A, por sessenta meses a contar de 03 de abril de 2020.

34.3 Exclusividade na Gestão de Empréstimos Consignados – São receitas pela gestão do cadastro dos empregados com empréstimos consignados, com fornecimento de um sistema que executa o controle operacional e gerencial das operações de empréstimos pela empresa Quantum Web Tecnologia da Informação Ltda.

34.4 Receitas Eventuais – Composta por várias receitas, como a recuperação de créditos, que é a baixa de valores provisionados como perdas, devido ao seu recebimento em outro exercício e receitas de multas contratuais aplicadas a fornecedores por descumprimento de cláusulas contratuais.

34.5 Comissão por Intermediação de Negócios – Repasse recebido em contrapartida à arrecadação de



taxas para a inscrição em concursos, realizados por empresa contratada.

34.6 Aluguéis – De área física a associações de funcionários e também de uma sala, localizada no Centro Administrativo do GHC, destinada à cafeteria alugada para a empresa F. S. Gastronomia EIRELI – EPP. Os contratos em que o Hospital é o arrendador são classificados como arrendamento operacional, conforme a norma do Conselho Federal de Contabilidade nº 2017/NBC TG 06 (R3) – Operações de Arrendamento Mercantil. Os recebimentos são registrados mensalmente como receita de aluguel e apropriados segundo o regime de competência.

34.7 Reversão da Provisão com Investimentos – Referente ao resultado positivo apurado no exercício de 2024 da AHPA, refletindo com variação aumentativa na conta de perdas com investimento no ativo.

34.8 Ganhos de Capital com Imobilizado – Valores referentes a ganhos com a venda de imobilizado.

NOTA 35 OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

Contas	Período Atual	Período Anterior	Varição
	31/12/2024	31/12/2023	
Outras Despesas Operacionais			
Provisão para Indenização Trabalhista	(187.510)	(114.881)	63,2%
Reversão da Provisão para Indenização Trabalhista	191.643	67.524	183,8%
Provisão para Indenização Cível	(12.128)	(10.585)	14,6%
Reversão da provisão para Indenização Cível	7.768	12.014	-35,3%
Provisão para Indenização Cível – Imunidade Tributária	(51)	(29)	75,9%
Perdas Estimadas Crédito de Liquidação Duvidosa – PECLD	(139)	(580)	-76,0%
Perdas Estimadas com Estoques	(3.584)	(2.204)	62,6%
Reversão para PECLD (Estoques)	3.532	2.092	68,8%
Perdas Estimadas com Investimentos	(7)	70	-
Provisão para Riscos Fiscais	(399)	(487)	-18,1%
Encargos Judiciais	(1.488)	(1.541)	.3,4%
Mensalidades Associativas	(230)	(193)	19,2%
Perdas Patrimoniais	(462)	(325)	42,2%
Perdas Eventuais – Multas Contratuais	(1)	(4)	-75,0%
Perdas Eventuais – Outros Créditos	(540)	(1.193)	-54,7%
Reversão para PECLD (Pessoal)	-	8.845	-
Total	(3.596)	(41.477)	-91,3%

Compreendem as despesas apropriadas com base no regime de competência, referentes às provisões para indenização cíveis e trabalhistas (Nota 22), perdas com créditos de liquidação duvidosa (Nota 6), perdas com investimentos (Nota 14), provisão para perda com estoque (Nota 8), provisão para riscos fiscais (Nota 21), além de despesas com encargos judiciais (cíveis e trabalhistas), pensões vitalícias, custas e honorários advocatícios, mensalidades associativas pagas ao Sindicato dos Hospitais – SINDIOSPA, a Associação Brasileira de Hospitais Universitários e de Ensino – ABRAHUE e perdas patrimoniais referentes ao valor residual dos bens baixados. Importante destacar que no segundo trimestre houve uma reversão de provisão em virtude de pagamento de precatório trabalhista.



NOTA 36 PLANO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

Foi implantado em 1º de agosto de 1998 o Plano de Contribuições Definidas – Fundo Gerador de Benefícios, um plano atuarial de previdência privada aos empregados, administrado pela empresa Bradesco Vida e Previdência S.A.. O plano atuarial foi calculado segundo os parâmetros determinados pela Lei nº 6.435, de 15 de julho de 1997, revogada pela Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001. A contribuição do Hospital é fixa de 8% sobre a remuneração dos participantes. O plano de benefícios foi concebido sob o critério técnico de renda mensal vitalícia, ou de renda mensal vitalícia reversível em 50% ao cônjuge, equivalente a 40% da remuneração bruta do participante na data da implantação do plano. A taxa de administração é de 2,8% sobre o valor total das contribuições pagas pela instituidora e pelos participantes. Em junho de 2024 as contribuições do GHC totalizaram R\$ 8 (R\$ 27 no período comparativo de 2023). Atualmente não possuímos funcionários ativos ligados ao plano.

Em novembro de 2024 entrou em vigor o Plano de Previdência Complementar: BB Realizde +, inscrito no Cadastro Nacional de Planos de Benefícios sob o nº 2012000665, autorizado pelo Conselho de Administração, através da ata nº 378, com patrocínio pelo Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A e administração pela BB Previdência – Fundo de Pensão Banco do Brasil estruturado sob a modalidade de Contribuição Variável (CV) com benefícios programados apresentando as características das modalidades Contribuição Definida (CD) e Benefício Definido (BD). No exercício de 2024 a patrocinadora aportou um total de R\$ 7.167.154 milhões referente a 1.714 funcionários ativos no plano.

NOTA 37 DESPESAS FINANCEIRAS

Contas	Período Atual	Período Anterior	Varição
	31/12/2024	31/12/2023	
Despesas Financeiras			
Juros Passivos	(4)	(176)	-97,7%
Multas Compensatórias	(136)	(9)	1.411,1%
Encargos com FGTS	(4)	(6)	-33,3%
Variação Cambial	-	34	-
Total	(144)	(157)	-8,3%

Nas despesas financeiras estão registradas as despesas bancárias, os juros passivos e a variação cambial, paga por ocasião do fechamento de contratos de câmbio de importação, juros referentes à atualização de contas do passivo com base no regime de competência. No acumulado do exercício de 2024, a variação diminutiva se deu em função do pagamento da redução com pagamento de juros passivos.



NOTA 38 RECEITAS FINANCEIRAS

Contas	Período Atual	Período Anterior	Variação
	31/12/2024	31/12/2023	
Receitas Financeiras			
Rendimento de Aplicação Financeira	8.351	4.615	81,0%
Juros sobre a Repetição de Indébito de Tributos	1.802	1.003	79,7%
Juros sobre Outras Contas do Ativo	529	586	-9,7%
Variação Monetária Ativa – Depósitos Recursos (FGTS)	703	849	-17,2%
Variação Monetária Ativa – Outras Contas do Ativo	579	4.960	-88,3%
Rendimento de Depósito Restituível ou Vinculado	-	(33)	-
Total	11.964	11.980	-0,1%

Nestas contas estão registrados, com base no regime de competência, os rendimentos das aplicações financeiras, os juros sobre as repetições de indêbitos registradas no realizável a longo prazo, os juros e variações sobre diversas contas do ativo e a variação cambial sobre importações de medicamentos.

NOTA 39 SUBVENÇÕES PARA CUSTEIO

Contas	Período Atual	Período Anterior	Variação
	31/12/2024	31/12/2023	
Repasse Recebidos			
Pessoal	1.557.711	1.381.786	12,7%
Pessoal – Devolução Depósitos Recursais Recebidos	(2.256)	(3.627)	-37,8%
Benefícios da Folha de Pagamento	118.434	90.502	30,9%
Médicos Residentes	20.716	23.515	-11,9%
Residência Multiprofissional	6.913	6.539	5,7%
Sentenças Judiciais Trabalhistas	21.276	21.223	0,2%
Sentenças Judiciais Cíveis	9	21	-57,1%
Manutenção Custeio	298.178	291.376	2,3%
Manutenção Custeio – Repasse Não Recebido	6.663	14.301	-54,4%
Manutenção Custeio – Cancelamento de Repasse	(8)	(40)	-80,0%
Manutenção Custeio – Emenda 19/2023	269	-	-
Manutenção Custeio – Crédito Extraordinário MP1218/2024	62.447	-	-
Reformas	7.242	3.215	125,3%
Pensões	1.478	1.433	3,1%
Demais Custeios	(2)	521	-
Regularização de Subvenções	-	(291)	-
Termo de Execução Descentralizada - TED	-	47	-
Total	2.099.070	1.830.521	14,7%

Os repasses financeiros recebidos do Ministério da Saúde e os valores pagos com cotas do orçamento foram classificados na receita como subvenção para custeio, de acordo com a Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 2017/NBC TG 07(R2) – Subvenção e Assistências Governamentais, são reconhecidos na receita quando utilizados, na mesma proporção das despesas. Servem para custear todas as despesas de pessoal, encargos, benefícios da folha, indenizações cíveis e trabalhistas e



demais custeios. Os recursos repassados pelo Ministério da Saúde, que eram oriundos de prestação de serviços, passaram a ser disponibilizados diretamente no orçamento do Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A. pela Lei Orçamentária Anual nº 14.822, de 22 janeiro de 2024, e nº 14.535, de 17 janeiro de 2023. Os recursos são reconhecidos no ativo circulante pelo total orçamentado (Nota 7) em contrapartida do passivo circulante (Nota 23). A despesa (material de consumo e serviços) a ser paga com estes recursos é registrada contabilmente com base no regime de competência, na mesma proporção da receita que é transferida do passivo circulante para a receita de subvenção para custeio. Quando os recursos são repassados pelo Ministério da Saúde, conforme a necessidade financeira de desembolso do Hospital, estes são baixados do ativo circulante.

NOTA 40 LUCRO (PREJUÍZO) DO PERÍODO

Contas	Período Atual	Período Anterior	Varição
	31/12/2024	31/12/2023	
Lucro (Prejuízo) do Exercício	(9.433)	(64.239)	-85,3%
Provisão/Reversão para Indenizações Trabalhistas	(4.133)	47.354	-108,7%
Provisão/Reversão para Indenizações Cíveis	4.360	(1.429)	405,1%
Provisão/Reversão para Indenizações Cíveis – Imunidade Tributária	51	29	75,9%
Provisão/Reversão para Riscos Fiscais	399	487	-18,1%
Perdas/Ganhos de Capital	(259)	-	-
Perdas/Ganhos com Investimentos	(819)	(70)	-108%
Prejuízo do Exercício Ajustado	(9.834)	(17.868)	-45,0%

Nota: Prejuízo do Exercício Ajustado após exclusões e adições das provisões cíveis, trabalhistas, riscos fiscais e investimento.

Para ajustar a apuração do resultado do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024, de R\$ 9.433 foram adicionados os impactos das provisões e reversões trabalhistas e cíveis e os ganhos e perdas de capital e investimento. Após os ajustes, o prejuízo apurado seria maior na ordem de R\$ 9.834, após os ajustes efetuados ao findar o exercício de 2024, (R\$ 17.868 no mesmo período de 2023). Cabe destacar que a apuração frequente de prejuízo fez com que a conta de prejuízos acumulados tornasse o Patrimônio Líquido negativo. Por ser estatal dependente e receber recursos na medida de suas necessidades financeiras somente em situações pontuais apresentará lucro.

NOTA 41 COBERTURA DE SEGUROS

Contas	Período Atual	Período Anterior
	31/12/2024	31/12/2023
Limite Máximo de Indenização		
Incêndios	204.330	204.330
Roubos e/ou Furtos de Bens	2.724	2.724
Responsabilidade Civil das Operações	2.724	2.724
Veículos	580	580
Seguro de Vida em Grupo	59	57
Seguro Responsabilidade Civil para Administradores	12.150	-
Total	222.567	210.415

A sociedade efetua contratação de seguros em valor considerado suficiente para a cobertura de eventuais sinistros contra o patrimônio. A apólice para cobertura de incêndio (inclui explosão, danos elétricos, fumaça, impactos de veículos terrestres, queda de aeronaves e fenômenos da natureza),



roubos e/ou furtos de bens e responsabilidade cível, tem vigência de 12/08/2024 a 12/08/2025 e a apólice do seguro dos veículos para cobertura de danos materiais, corporais, morte acidental e invalidez permanente, tem vigência de 18/11/2024 a 18/11/2025, 24h. O seguro de vida em grupo contratado em cumprimento a Lei nº 11.788/08, Art. 9º, Inciso IV, Parágrafo Único, para a Residência Multiprofissional desde 18/09/2017, prevê cobertura de assistência funeral, invalidez por doença ou por acidente parcial ou total, está sendo renovada anualmente, a vigência do aditivo atual é de 24/11/2024 a 23/11/2025. No segundo trimestre de 2024 foi contratado seguro para cobertura de responsabilidade civil de administradores e diretores (D&O) com vigência de 30/04/2024 a 30/04/2025.

NOTA 42 DADOS OPERACIONAIS E FINANCEIROS

Em cumprimento ao Inciso VI do Art. 8º da Lei nº 13.303/16, informamos alguns dos principais dados consolidados relacionados à produção:

Contas	Exercício Atual	Exercício Anterior	Variação
	30/09/2024	30/09/2023	
PRODUÇÃO/QUANTIDADE			
Consultas / Atendimento / Acompanhamento	1.403.712	1.357.826	3,4%
Procedimentos Clínicos	384.344	126.453	203,9%
Procedimentos com Finalidade Diagnóstica	2.131.824	1.939.191	9,9%
Internações	45.319	42.091	7,7%
Procedimentos Cirúrgicos	51.514	50.239	2,5%
Partos	5.145	4.983	3,3%
Total	4.021.858	3.520.783	14,23%
INDICADORES HOSPITALARES (MÉDIA)			
Média de Permanência Hospitalar	7,8 dias	7,8 dias	0,0%
Taxa de Ocupação Hospitalar	87,2%	82,9%	5,2%
Taxa de Mortalidade Institucional	4,1%	4,2%	-2,0%

O Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A. adotou, a partir de janeiro de 2024, novo software para informar a produção das suas unidades hospitalares, a saber: o Tab Win. Este programa tem por finalidade permitir às equipes técnicas do Ministério da Saúde, das Secretarias de Saúde Estaduais e Municipais de alimentar os sistemas de informações do SUS - Sistema Único de Saúde. Os indicadores de produção de serviços antes eram gerados pelo GHC Sistemas, software próprio, o qual, atualmente, tem por objetivo produzir informações para tomada de decisão interna. A produção quantitativa fica disponível, aproximadamente, 60 dias após o fechamento do período no Sistema Tab Win, portanto os dados apresentados referem-se ao terceiro trimestre de 2024. Com objetivo de comparabilidade os dados de 2023 possuem como fonte o Tab Win. Os indicadores acima listados sintetizam a produção qualitativa do Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A. na sua atividade fim, qual seja a prestação de serviços de assistência à saúde aos usuários do SUS.

NOTA 43 OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES ASSUMIDAS

Durante o exercício de 2024 e exercício de 2023, todas as obrigações e investimentos assumidos e realizados pelo Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A. foram em cumprimento aos seus objetivos sociais (Art. 2º do Estatuto Social), e estão contabilizadas e apresentadas nas demonstrações contábeis, razão pela qual não existem valores a serem informados nesta nota explicativa, referentes a obrigações e responsabilidades assumidas em desacordo com os objetivos sociais, conforme estabelece o Inciso I, do



Parágrafo 2º, do Art. 5º, do Estatuto Social da Sociedade, bem como define o Parágrafo 2º, do Inciso IX, do Art. 8º, da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016 e o Art. 13, do Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016.

NOTA 44 CONTINUIDADE OPERACIONAL

Para garantir a viabilidade econômica do Hospital se faz necessária a manutenção permanente e equilibrada das subvenções para custeio e dos adiantamentos para futuro aumento de capital (Notas 7, 23 27 e 39) repassados pelo Ministério da Saúde, sem as quais não há condições de manter o atendimento hospitalar 100% gratuito aos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS.

NOTA 45 ESCLARECIMENTOS OPERAÇÃO HIPOCRATES

Considerando o nome do Hospital na operação Hipócrates esclarecemos que a instituição está colaborando com as investigações da Polícia Federal e fornecendo todas as informações necessárias para o andamento das apurações. O Grupo reafirma que não compactua e não compactuará com fraudes e irregularidades que prejudiquem o bom andamento do hospital e da assistência aos usuários do SUS. Informamos que exauridos os processos administrativos o Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A decidiu pela demissão dos envolvidos.

NOTA 46 EVENTOS SUBSEQUENTES

De 31 de dezembro de 2024 até a data de emissão das demonstrações, de 16 de janeiro de 2025 , não ocorreram quaisquer eventos que pudessem alterar de forma significativa a situação patrimonial, econômica e financeira nas demonstrações contábeis apresentadas.

**GILBERTO
BARICHELO:**
52101282968
Assinado de forma digital por GILBERTO BARICHELO:52101282968
Dados: 2025.02.21 15:28:13 -03'00'
Gilberto Barichello
Diretor-Presidente
CPF 521.012.829-68

**JOAO CONSTANTINO
PAVANI**
MOTTA:20295456000
Assinado de forma digital por JOAO CONSTANTINO PAVANI MOTTA:20295456000
Dados: 2025.02.21 17:05:20 -03'00'
João Constantino Pavani Motta
Diretor Administrativo e Financeiro
CPF 202.954.560-00

**QUELEN TANIZE
ALVES DA
SILVA:77966457087**
Assinado de forma digital por QUELEN TANIZE ALVES DA SILVA:77966457087
Dados: 2025.02.21 15:47:58 -03'00'
Quelen Tanize Alves da Silva
Diretora de Inovação, Gestão do Trabalho e Educação
CPF 779.664.570-87

**LUIS ANTONIO
BENVEGNUM:48457990063**
Assinado de forma digital por LUIS ANTONIO BENVEGNUM:48457990063
Dados: 2025.02.21 15:39:27 -03'00'
Luis Antônio Benvegnum
Diretor de Atenção à Saúde
CPF 484.579.900-63

Fernando da Cunha Soares
Contador CRC/RS- 093951/O-4
CPF 019.604.250-05

Documento assinado digitalmente
FERNANDO DA CUNHA SOARES
Data: 17/03/2025 11:20:07-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Avenida Francisco Trein, nº 596, Cristo Redentor, Porto Alegre/RS Fone: (51) 3255-1627



HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO S.A.

Relatório do Auditor Independente sobre as
Demonstrações Contábeis

Referente ao exercício findo 31 de dezembro de 2024.



Aponte a câmera de seu celular para a imagem acima e preencha nossa pesquisa de satisfação. Caso não compatível, obtenha um leitor de QR Code para acessar o conteúdo da imagem.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos

**Diretores e Acionistas do
HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO S.A.
Porto Alegre – RS**

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A., que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para o conteúdo das Notas Explicativas nº 40 e nº 44, que descrevem o efeito gerado por prejuízos, ocasionando um passivo a descoberto de R\$ 470.563 mil. As demonstrações foram preparadas de acordo com as práticas contábeis aplicáveis às empresas em continuidade operacional normal e não incluem quaisquer ajustes às contas de passivo que poderiam ser requeridos no caso de eventual paralisação das operações, pressupondo-se o recebimento integral dos repasses oriundos do Ministério da Saúde para o custeio da folha de pagamento, encargos e investimentos.

Esclarecimento: Operação Hipócrates – Nota Explicativa 45

Conforme descrito na nota explicativa 45, a Entidade está colaborando com as investigações da Polícia Federal e não compactua com fraudes e irregularidades que prejudiquem o bom andamento do hospital e a assistência aos seus usuários. Exauridos os processos administrativos, o Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A. decidiu pela demissão dos envolvidos. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros Assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para entidades abertas. A administração da Entidade decidiu apresentar essa demonstração como informação suplementar às IFRS e à legislação brasileira, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente de ser causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente de ser causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente de ser causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Barueri, 21 de fevereiro de 2025.

RUSSELL BEDFORD GM
AUDITORES INDEPENDENTES S/S
2 CRC/RS 5.460/O-0 "T" SP

JORGE LUIZ MENEZES
CEREJA:36012440049

Assinado de forma digital por
JORGE LUIZ MENEZES
CEREJA:36012440049
Dados: 2025.02.24 14:42:34
-03'00'

Jorge Luiz Menezes Cereja
Contador 1 CRC RS 43679/O
Sócio Responsável Técnico



Documento assinado digitalmente
ROSANGELA PEREIRA PEIXOTO
Data: 24/02/2025 14:50:20-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Rosangela Pereira Peixoto Guarda Rodrigues
Contadora CRC RS 65.932/O-7
Diretora



HOSPITAL N.S. DA CONCEIÇÃO S.A. (Matriz)
HOSPITAL CRIANÇA CONCEIÇÃO
HOSPITAL CRISTO REDENTOR
HOSPITAL FEMINA

GRUPO HOSPITALAR CONCEIÇÃO

CNPJ 92.787.118/0001-20 - Av. Francisco Trein, 596 F(51) 3357.2000 - Porto Alegre - RS - CEP 91350-200
CNPJ 92.787.118/0004-72 - Rua Alves Caltral, 653 F(51) 3357.2000 - Porto Alegre - RS - CEP 91350-250
CNPJ 92.787.118/0003-91 - Rua Domingos Rubião, 20 F(51) 3357.4100 - Porto Alegre - RS - CEP 91040-000
CNPJ 92.787.118/0002-00 - Rua Mostardeiro, 17 F(51) 3314.5200 - Porto Alegre - RS - CEP 90430-001

Vinculados ao Ministério da Saúde - Decreto nº 99.244/90



PARECER DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO DO HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO S.A. SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

Os membros do Comitê de Auditoria Estatutário do Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A., tendo presente as atribuições e limitações inerentes ao escopo de sua atuação, considerando todas as análises, estudos, debates, reuniões, trabalhos de acompanhamento e supervisão efetuados, realizados no período de 1º janeiro a 31 de dezembro de 2024, concluíram que:

- os processos de controles internos para a produção dos relatórios financeiros são efetivos e as ações de prevenção e combate à fraude e corrupção são adequadas;
- a Auditoria Interna tem estrutura organizacional adequada às exigências da instituição, permitindo um desempenho satisfatório de suas funções, com atuação independente;
- a Auditoria Independente é efetiva e não foi reportada ocorrência alguma que pudesse comprometer sua independência;
- não foi identificada nenhuma situação de divergência significativa entre a Administração do GHC, os Auditores Independentes da Russell Bedford GM Auditores Independentes S/S e o próprio Comitê de Auditoria em relação às Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2024.
- a gestão e o monitoramento dos principais fatores de riscos vêm sendo gerenciados pela Administração;

As opiniões e julgamentos do Comitê de Auditoria Estatutário do Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A., são fundamentadas nas informações que são apresentadas, em particular pelos Administradores, Contabilidade, Assessoria Jurídica, Gerência de Auditoria Interna, Gerência de Governança, Riscos e Conformidade, Ouvidoria e demais Gerências, além dos Auditores Externos Independentes.

Neste sentido, o Comitê de Auditoria Estatutário julga que todos os assuntos pertinentes que lhe foram dados a conhecer estão adequadamente divulgados nas Demonstrações Contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes emitido em vinte e um de fevereiro de 2025, e do Relatório da Administração, recomenda ao Conselho de Administração a aprovação das referidas Demonstrações Contábeis, devidamente auditadas pela Russell Bedford GM Auditores Independentes S/S.

Porto Alegre, 27 de fevereiro de 2025.

Documento assinado digitalmente
gov.br EDIMAR LUZ
Data: 27/02/2025 16:10:14-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Edimar Luz
Presidente do Comitê de Auditoria

Documento assinado digitalmente
gov.br VOLNEI FERREIRA DE CASTILHOS
Data: 27/02/2025 22:25:21-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Volnei Ferreira de Castilhos
Membro do Comitê de Auditoria

Documento assinado digitalmente
gov.br JOAO VERNER JUENEMANN
Data: 28/02/2025 08:17:58-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

João Verner Juenemann
Membro do Comitê de Auditoria



Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul

Certifico registro sob o nº 11234701 em 12/09/2025 da Empresa HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO S.A., CNPJ 92787118000120 e protocolo 253196396 - 04/09/2025. Autenticação: A5C2D7E841CEC72F11FC4077F48A58E18397D267. José Tadeu Jacoby - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://jucisrs.rs.gov.br/validacao> e informe nº do protocolo 25/319.639-6 e o código de segurança qOD5 Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 12/09/2025 por José Tadeu Jacoby Secretário-Geral.



PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração do **Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A.** - CNPJ 92.787.118/0001-20, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, após análise das Demonstrações Contábeis, referentes ao exercício de 2024, período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2024, acompanhadas do Relatório Circunstanciado da Auditoria Independente – Russell Bedford GM Auditores Independentes S/S, sobre as Demonstrações Contábeis, sem ressalvas, **DECIDE**, por unanimidade de votos, aprovar as referidas Demonstrações Contábeis, devendo as mesmas serem submetidas à deliberação da Assembleia Geral de Acionistas.

Porto Alegre, 28 de fevereiro de 2025.

Documento assinado digitalmente
gov.br **ADRIANO MASSUDA**
Data: 12/03/2025 11:59:51-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Adriano Massuda
Presidente do Conselho de Administração

Documento assinado digitalmente
gov.br **EDIMAR LUZ**
Data: 07/03/2025 09:44:15-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Edimar Luz
Conselheiro de Administração

Documento assinado digitalmente
gov.br **FELIPE PROENCO DE OLIVEIRA**
Data: 07/03/2025 19:16:52-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Felipe Proença de Oliveira
Conselheiro de Administração

Documento assinado digitalmente
gov.br **FLAVIO KOUTZII**
Data: 07/03/2025 09:20:50-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Flávio Koutzii
Conselheiro de Administração

Documento assinado digitalmente
gov.br **GILBERTO BARICHELLO**
Data: 07/03/2025 09:34:44-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Gilberto Barichello
Conselheiro de Administração

Documento assinado digitalmente
gov.br **GUILHERME CASSEL**
Data: 07/03/2025 13:41:35-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Guilherme Cassel
Conselheiro de Administração

Documento assinado digitalmente
gov.br **JOSE OVIDIO OLIVEIRA DOS SANTOS**
Data: 07/03/2025 09:29:06-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

José Ovídio Oliveira dos Santos
Conselheiro de Administração



PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal do HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procedeu o exame das DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, e do Relatório Da Administração, devidamente aprovados pelo Conselho de Administração, em 28 de fevereiro de 2025. Com base nos exames efetuados e considerando o Relatório do Auditor Independente, datado de 21 de fevereiro de 2025, elaborado pela Russel Bedford GM Auditores Independentes S/S, contendo a opinião de que as Demonstrações Contábeis apresentam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A., em 31 de dezembro de 2024, este colegiado OPINA pela aprovação do Relatório da Administração e pela aprovação das Demonstrações Contábeis,

Porto Alegre, 28 de fevereiro de 2025.

Documento assinado digitalmente
gov.br ARIONALDO BOMFIM ROSENDO
Data: 10/03/2025 12:09:36-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Arionaldo Bomfim Rosendo
Presidente do Conselho Fiscal

Documento assinado digitalmente
ICP Brasil ANDRE DE ARAUJO MELO
Data: 12/03/2025 09:35:05-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

André de Araújo Melo
Conselheira Fiscal - Suplente

Documento assinado digitalmente
gov.br NEYDE GLORIA MOREIRA GARRIDO
Data: 13/03/2025 09:23:15-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Neyde Glória Moreira Garrido
Conselheira Fiscal - Suplente





JUNTA COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DO RIO GRANDE DO SUL

Registro Digital

Anexo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
25/319.639-6	RSN2578693977	03/09/2025

Identificação do(s) Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
521.012.829-68	GILBERTO BARICHELO	03/09/2025 13:59:41

Assinado utilizando assinaturas avançadas  



Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul

Certifico registro sob o nº 11234701 em 12/09/2025 da Empresa HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEICAO S.A., CNPJ 92787118000120 e protocolo 253196396 - 04/09/2025. Autenticação: A5C2D7E841CEC72F11FC4077F48A58E18397D267. José Tadeu Jacoby - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://jucisrs.rs.gov.br/validacao> e informe nº do protocolo 25/319.639-6 e o código de segurança qOD5 Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 12/09/2025 por José Tadeu Jacoby Secretário-Geral.


JOSÉ TADEU JACOBY
SECRETÁRIO-GERAL

TERMO DE POSSE

28 de abril de 2025

Em 28 de abril de 2025, em conformidade com o disposto no artigo nº 149 da Lei 6.404/76, tomam posse, neste ato, como membros do **CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO** do **HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO S.A.**, eleito por deliberação da Assembleia Geral Ordinária, realizada nesta data, como consta na Ata, e nos termos do Artigo nº 18 do Estatuto Social, na presença do Representante da União – Júlio César Gonçalves Corrêa, ficando assim investidos no cargo de Conselheiro de Administração - **ANDRÉ LUIZ BORBA GONZALES**, brasileiro, solteiro, médico, inscrito no CPF sob o nº 221.683.380-00, residente e domiciliado na Av. Cristóvão Colombo nº 3757, apartamento nº 2024, Bairro Higienópolis, Porto Alegre, Rio Grande do Sul e CEP 90560-005, para o prazo de gestão unificado, biênio 2023/2025.

Porto Alegre, 28 de abril de 2025.


ANDRÉ LUIZ BORBA GONZALES


JÚLIO CÉSAR GONÇALVES CORRÊA
REPRESENTANTE DA UNIÃO



Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul

Certifico registro sob o nº 11234701 em 12/09/2025 da Empresa HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEICAO S.A., CNPJ 92787118000120 e protocolo 253196396 - 04/09/2025. Autenticação: A5C2D7E841CEC72F11FC4077F48A58E18397D267. José Tadeu Jacoby - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://jucisrs.rs.gov.br/validacao> e informe nº do protocolo 25/319.639-6 e o código de segurança qOD5 Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 12/09/2025 por José Tadeu Jacoby Secretário-Geral.


JOSÉ TADEU JACOBY
SECRETÁRIO-GERAL



CNPJ	Razão Social	Data de Publicação	Hash de Publicação
92.787.118/0001-20	HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEICAO S.A.	12/09/2025 14:48:19	5F9DEC56F72699FADBD7400F884E5E8226F2DEA1

Ata de Assembleia Geral Ordinária (Ata AGO)

Data de Início	Data de Fim	Consolidada	Origem
28/04/2025	28/04/2025	-	Participante-Upload
Título Ata de Assembleia Geral Ordinária (ata AGO) Descrição Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas Exercício 2024			

Anexos

Tipo de Anexo	Título	Descrição
---------------	--------	-----------

Publicante

Nome	CPF/CNPJ	Data Publicação	Perfil	Tipo de Acesso
HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEICAO S A:92787118000120	92.787.118/0001-20	12/09/2025 14:48:19	Participante	Certificado Digital